

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agro-Bioenergia
Período de Análise: setembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Brasil Ecodiesel reavalia ativos e diz que liderança é questão secundária – Patrick Cruz
– Valor Econômico – Agronegócios – 02/09/2009

Após dar como encerrado seu processo de reestruturação financeira, ocorrido nos últimos 12 meses, a Brasil Ecodiesel trabalha agora na reavaliação de seus ativos para definir, de fato, que passos dará daqui por diante. Usinas de biodiesel, unidades de extração de óleo e áreas de plantio de oleaginosas estão entre os ativos, atualmente fora de operação, que podem voltar à atividade ou mesmo ser vendidos.

Antes uma líder incontestada de seu segmento, a Brasil Ecodiesel chegou a responder por cerca de 50% da produção nacional de biodiesel. Em seu atual estágio, contudo, mais do que retomar a liderança, a empresa tem como meta primordial seu ganho de eficiência. "Queremos estar entre os grandes 'players', mas, principalmente, entre as mais competitivas", diz Mauro Cerchiari, que assumiu a presidência da companhia há duas semanas, após terminado o processo de reestruturação financeira. "A liderança, se vier, será consequência disso".

Das seis unidades de produção de biodiesel da empresa, as de Crateús (CE) e Floriano (PI) estão fora de operação por não terem arrematado lotes nos leilões de compra de biodiesel mais recentes realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Não há decisão sacramentada sobre o destino das unidades, reitera o executivo. Retomada de operações ou venda estão em análise. Não se pode dizer que as plantas têm problemas de produtividade, segundo Cerchiari, mas é fato que, por conta da localização, elas penam mais com questões logísticas.

As duas unidades de extração de óleo, de Iraquara (BA) e São Luiz Gonzaga (RS), também estão fora de combate no momento. Antes voltada à produção de óleos como o de mamona, a Brasil Ecodiesel passou a comprar de terceiros o óleo que abastece suas fábricas - agora, de soja, matéria-prima que abastece cerca de 80% do mercado brasileiro de biodiesel.

Sob revisão está também o uso dos 41 mil hectares de terras próprias e 17 mil de arrendadas, áreas distribuídas entre Ceará e Piauí. "Estamos reavaliando tudo dentro do conceito de melhor integração da cadeia de produção de seu início até o fim", afirma Cerchiari.

Abatida por dívidas e pela falta de capital de giro, a Brasil Ecodiesel lançou-se à reestruturação, que culminou com a chegada de Mauro Cerchiari, ex-executivo da International Paper, ao comando. Com a reestruturação, o controle da Brasil Ecodiesel foi diluído, parte das dívidas foi convertida em participação acionária e a empresa passou a ter mais recursos em tesouraria que dívidas. (PC)

Etanol

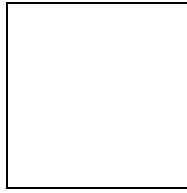
Goiás vê expansão da cana e aumento de 54% na produção – Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/09/2009

Em todo o país, safra cresce a um ritmo de 10%; 80 novas usinas devem entrar em operação no Estado

Com a entrada em funcionamento de novas usinas, a indústria sucroalcooleira em Goiás cresce a um ritmo muito superior ao do resto do país. Nos últimos anos, cerca de 20 unidades iniciaram a operação no Estado, o que deve elevar em 54% a produção de cana na atual safra em comparação com 2008/2009. No país todo, a taxa será de 10%. Os dados são da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). O Estado atraiu nos últimos anos empresas como a Brenco, financiada por investidores americanos, que deve inaugurar cinco unidades em Goiás e Mato Grosso até 2010. O governo goiano adiou a cobrança de ICMS como forma de obter mais projetos do setor. A secretaria estadual da agricultura diz que há mais de 80 projetos de usinas já aprovados e que o crescimento da produção se deve à "vocação" da região para o agronegócio. Mas há críticas ao avanço da cana no cerrado. Em 2006, a Prefeitura de Rio Verde, um dos principais centros agrícolas de Goiás, sancionou lei que limitou o plantio da cana a 10% da área agricultável da cidade. O objetivo era evitar o enfraquecimento da economia do município com a substituição das culturas de grãos. O governo de Goiás diz que trabalha para estimular a diversificação da produção. O levantamento da Conab, no entanto, mostra que a área plantada de cana no Estado inteiro vai crescer 36%. A quantidade de terras com plantações de cana deve aumentar em área equivalente   da cidade de São Paulo na safra 2009/2010. A produtividade (quilos/hectare) também aumentou 13% no período, enquanto em São Paulo, maior produtor do país, houve queda de 2%. Goiás é o quarto produtor nacional, atrás também de Paraná e Minas. O Sifaeg (Sindicato da Indústria de Fabricação de álcool do Estado de Goiás) prevê crescimento menor do que o apontado pela Conab, devido a efeitos do clima sobre as plantações. O setor espera a conclusão de um alcoolduto projetado para ligar o interior de Goiás com Paulínia (SP) para ajudar no escoamento da produção.

"Aptidão"

Para o secretário da Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, a região tem "aptidão" para o setor, por fatores como terras férteis e planas (que facilitam a mecanização), quantidade de chuvas e até preço das terras. Segundo ele, Goiás tem condições de aumentar mais a produção porque em São Paulo o setor já "produz muita cana" e tem menos área para crescer. A Conab diz que, nesta safra, as usinas vêm dando preferência   produção de a  ar, que está com "excelentes preços" no mercado internacional.



Bunge fecha acordo para escoar etanol - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/09/2009

A Bunge fechou acordo com a Vale para escoar a produção de álcool de sua usina em construção em Pedro Afonso, Tocantins, até o porto de Itaqui (MA), a partir de 2010. Segundo Martinho Silveira, diretor da divisão de açúcar e álcool da Bunge, a multinacional está construindo no município uma unidade produtora com capacidade para 4,4 milhões de toneladas de cana e procurava alternativas para escoar a produção do combustível.

"A usina deverá iniciar suas operações a partir de junho de 2010", afirmou o executivo. No primeiro ano de operação, a usina deverá moer cerca de 1,4 milhão de toneladas de cana. O álcool será transportado pela Vale pelo trecho da ferrovia Norte-Sul até o porto de Itaqui, de onde deverá ser exportado. Procurada, a Vale confirmou que está em negociação com clientes para o desenvolvimento de novas cargas pelo trecho Norte-Sul.

"Uma parte desse combustível produzido em Pedro Afonso deverá ser negociada na região Nordeste", afirmou Adalgiso Telles, diretor de comunicação da Bunge. A empresa deverá também montar uma infraestrutura para tancagem no porto e ainda estuda por qual terminal de Itaqui o álcool deverá ser escoado.

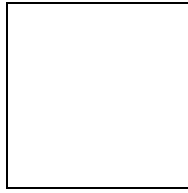
A Bunge tem planos para expandir sua produção de cana na região Centro-Oeste do país, por meio de sua unidade de Tocantins e também em Mato Grosso do Sul. A empresa estuda, ainda, aquisições no Centro-Sul. No momento, a múlti avalia os ativos dos grupos paulistas Moema e Equipav, conforme já antecipou o Valor.

CEB vende sua fatia em usina do Paraná – Valor Econômico – Agronegócios – 03/09/2009

A Clean Energy Brazil PLC (CEB), empresa criada para investir em projetos de biocombustíveis no Brasil, vendeu os 49% de participação que tinha na Usaciga, usina instalada em Cidade Gaúcha (PR), para a Agrocana Participações Ltda., detentora dos 51% restantes. O valor do negócio foi de US\$ 8,7 milhões. A Agrocana assume os compromissos financeiros de US\$ 185 milhões da usina. Em 2007, quando adquiriu a participação na usina, a CEB desembolsou US\$ 127 milhões.

O Valor apurou que o grupo paranaense Santa Terezinha tem interesse em adquirir a Usaciga. No entanto, as negociações dependem ainda da renegociação das dívidas da Usaciga com os bancos credores, segundo fontes familiarizadas com a operação.

Abatida pela crise financeira que atingiu o setor no ano passado, a CEB passa por um processo de reestruturação financeira. (MS)



Novas regras para canaviais são propostas pelo governo – Sítio eletrônico da CPT – 17/09/2009

De olho no mercado e na Conferência de Copenhague, onde vários países irão debater sobre um acordo de mudanças climáticas, o Brasil tenta suavizar a destruição da Amazônia e do Cerrado, hoje já invadidos pela pecuária, canaviais e barragens. O governo pretende impedir que novas plantações de cana-de-açúcar sejam feitas em terras de vegetação nativa. Em mais de 80% do território da nação, será proibido o cultivo de canaviais.

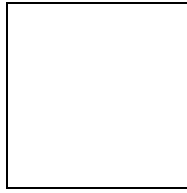
Hoje, o país tem 7,8 milhões de hectares com o plantio da cana-de-açúcar. Para alcançar a meta de dobrar esta produção até 2017, o governo planeja que áreas onde hoje são feitos pastos sirvam para a plantação de cana. A medida ainda tenta resolver os problemas relacionados à colheita do plantio. Agora, ela seria obrigatoriamente mecanizada. As queimadas, fontes de poluição e de riscos à vida dos trabalhadores rurais, serão proibidas.

O projeto é polêmico – as multas para quem expandir a plantação em área de vegetação nativa pode chegar a R\$ 50 milhões. Além disso, a proposta não deixa transparecer que as áreas desapropriadas serão usadas para assentamentos de famílias sem-terra. A medida ainda precisa dos votos favoráveis de deputados e senadores.

‘Petrobrás deve entrar no etanol este ano’ – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/09/2009

A Petrobrás Biocombustível deve se transformar em um importante produtor de etanol no Brasil ainda este ano, segundo informação do presidente da empresa, Miguel Rosseto, em entrevista à *Agência Estado*. Segundo o executivo, a Petrobrás Biocombustível deverá anunciar sua entrada no setor em breve, por meio de participação em mais de uma usina. Mas, segundo ele, a empresa não trabalha com um cenário em que tenha participação majoritária. “Mas queremos uma presença forte o suficiente para que a nossa responsabilidade de gestão esteja assegurada”, disse. Abrenco é uma das empresas com quem a Petrobrás está conversando, mas Rosseto deixa claro que não é a única.

Além disso, a empresa deve inaugurar no ano que vem uma usina para produzir etanol de celulose – ontem, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que a unidade entrará em funcionamento em setembro de 2010, com capacidade de produção de 4 milhões de litros de etanol. Rosseto, ex-ministro do Desenvolvimento



Agrário, afirmou também que as três usinas de biodiesel da Petrobrás estão operando com capacidade operacional completa. Uma quarta usina a ser construída na Região Norte está em projeto de viabilidade.

“Estamos apostando muito na produção de biodiesel feito de dendê, no Pará”, disse. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Existe possibilidade de que a atenção dada pelo governo à descoberta das reservas do pré-sal acabe por afetar a expansão da Petrobrás Biocombustível?

De forma alguma. As estratégias da Petrobrás Biocombustível estão em um plano de negócios que foi aprovado e tem um orçamento de investimentos para o período de 2009 a 2013 de R\$ 5 bilhões. Estamos trabalhando na execução desses investimentos com objetivo de produzir etanol e biodiesel, e a descoberta do pré-sal não vai retardar esse processo. Ao mesmo tempo em que o Brasil está melhorando suas reservas de petróleo e se posicionando de forma expressiva no mercado de combustíveis fósseis, também está avançando na agenda estratégica na produção de renováveis.

Para isso, vamos investir mais de R\$ 1 bilhão em pesquisas nos próximos cinco anos.

Em julho, a Petrobrás Biocombustível completou um ano de existência. Qual é a principal realização da empresa nesse período?

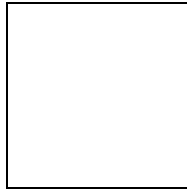
É estar com suas três usinas de biodiesel operando em sua capacidade plena. Atualmente, as usinas de Quixadá (Ceará), Candeias (Bahia) e Montes Claros (Minas Gerais) estão trabalhando com carga total para produzir o volume vendido nos leilões de oferta. No leilão realizado em agosto, que vendeu biodiesel a ser entregue no quarto trimestre do ano, a Petrobrás Biocombustível conseguiu vender sua capacidade máxima autorizada, de 11,28 milhões de litros para cada usina.

Um dos objetivos do programa de biodiesel brasileiro é incentivar a agricultura familiar por meio do cultivo de outras oleaginosas, como girassol, mamona, pinhão manso, entre outros. Como está a utilização dessas oleaginosas pelas usinas da Petrobrás Biocombustível?

A grande maioria de nosso biodiesel é feito com soja. Utilizamos basicamente soja e um pouco de algodão. Estamos em uma fase de certificação tecnológica para as outras oleaginosas e investindo para que a oferta dessas oleaginosas cresça regionalmente tendo como base a agricultura familiar. Já testamos o sebo bovino e estamos testando agora o dendê. As usinas de biodiesel são bastante flexíveis e podem utilizar várias matérias-primas.

A soja utilizada em nosso biodiesel vem da agricultura familiar. É natural que a soja seja a principal matéria-prima porque é a mais disponível e tem abastecimento garantido, além de tecnologia e logística totalmente implementadas.

A participação das oleaginosas alternativas na produção de biodiesel vem caindo e a da soja aumentando. Grandes defensores dessas oleaginosas alternativas, como a Brasil Eco Diesel e a Petrobrás, confirmam que estão utilizando basicamente soja. Isto significa que a soja é futuro para o biodiesel?



Não, de forma alguma. A estratégia para estabilizar biodiesel é a diversificação de matéria-prima. Mas por um longo período a soja ainda vai liderar como principal fonte de produto. Ainda há um longo caminho para o pleno desenvolvimento das outras, que ainda precisam ter uma certificação tecnológica.

Qual oleaginoso deve se destacar na produção de biodiesel depois da soja?

Em minha opinião, será o dendê. O dendê deve ocupar lugar de segunda oleaginoso mais utilizada na produção de biodiesel em um curto espaço de tempo, em função das qualidades que dispõe. Ela vai ser mais utilizada até que o sebo bovino. No médio prazo, temos o pinhão manso que ainda está começando a ser pesquisado. E juntamente com o algodão, girassol e mamona serão as oleaginosas utilizadas até o início de outro estágio tecnológico, quando entrarão no mercado o biodiesel de algas, microalgas e outras matérias-primas.

Diferentemente da soja, que já possui garantia de oferta, a produção das demais oleaginosas, principalmente por estar ligada a estruturas familiares, ainda precisa ser melhor organizada e administrada, não? A Petrobrás tem algum projeto nesse sentido?

Estamos trabalhando nisso. Estamos concluindo a primeira fase da implementação de uma política de compra com contratos de cinco anos de duração. Dessa forma, o produtor tem a garantia de ser fornecedor da Petrobrás por esse prazo. Isso está sendo feito para todas as oleaginosas, principalmente soja, girassol, macaúba e algodão.

Num prazo de três anos, a expectativa é de que a participação da matéria-prima regional e familiar aumente de forma expressiva. Além disso, estamos levando o cooperativismo para o Nordeste.

Como assim?

A agricultura familiar tem grande presença nos Estados do sul, onde a cultura do cooperativismo é histórica, além da vocação da região para pequenos produtores.

Estamos fazendo um grande esforço para levar essa cultura para as regiões semiáridas do País, onde não existe uma ideia de cooperativa arraigada.

E a entrada da Petrobrás Biocombustível na produção de etanol, quando será?

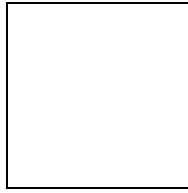
Provavelmente ainda em 2009. Estamos estudando várias possibilidades, tanto novos projetos como usinas já existentes. O que está orientando a decisão final é, também aqui, a qualidade econômica, ambiental e social dos investimentos.

A negociação com a Brenco está mais adiantada que as demais?

Não, a Brenco é apenas uma das empresas com quem estávamos conversando. E nada impede que a Petrobrás Biocombustível anuncie sua entrada na produção de etanol com mais de uma usina. Não procuramos uma dispersão exagerada nem uma concentração perigosa.

Vocês pretendem adquirir uma usina?

Não. Queremos ter uma participação minoritária. Não trabalhamos com cenário de capital estatal majoritário nessas empresas. Mas queremos ter uma presença societária forte que assegure nossa participação efetiva na responsabilidade de gestão.



E queremos estar presentes em companhias importantes, que tenham representatividade dentro do setor.

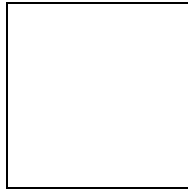
Preço do álcool na bomba está abaixo do custo em SP - Fátima Fernandes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2009

Valor do litro não pode ser menor que R\$ 1,30 e chega a ser vendido por R\$ 1,09

Segundo o sindicato das distribuidoras, preço é baixo porque há empresas que não recolhem impostos; Ministério Público investiga

O preço do litro do álcool hidratado nos postos em São Paulo está abaixo do custo, segundo o Sindicom, sindicato das distribuidoras de combustíveis, com base em levantamento feito pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). O preço médio do litro do álcool em postos paulistas era de R\$ 1,27 no período de 6 a 12 deste mês, segundo a ANP. Deveria ser de R\$ 1,35, no mínimo, para remunerar distribuidoras e postos de combustíveis que recolhem impostos, segundo o Sindicom e o Sincopetro, sindicato de postos de São Paulo. Quem vende o litro do álcool a menos de R\$ 1,30 ou trabalha com prejuízo, o que não justifica estar no negócio, ou sonega impostos, segundo Alísio Vaz, vice-presidente do Sindicom.

O custo médio do álcool na usina, incluindo os impostos, é de R\$ 1,07. Se o preço médio no posto é de R\$ 1,27, significa, segundo Vaz, que sobra R\$ 0,20 para dividir entre as distribuidoras e os postos. Alguns postos em São Paulo chegam a vender o litro a R\$ 1,09, segundo levantamento da ANP. "Isso é impossível e revela claramente a sonegação de impostos nesse mercado", diz. A margem razoável das distribuidoras é de R\$ 0,05 a R\$ 0,10 por litro e a dos postos, de R\$ 0,20 a R\$ 0,30 por litro, de acordo com os cálculos do Sindicom. A venda de álcool a preço abaixo de custo está disseminada no Estado e preocupa as distribuidoras tradicionais, como BR, Shell, Ipiranga e Esso, assim como a expansão de vendas de novas distribuidoras. De janeiro a junho deste ano, Petronova, Twister e Gold detinham, juntas, cerca de 11% do mercado de álcool vendido em São Paulo, que somou 4,72 bilhões de litros de janeiro a julho deste ano, segundo a ANP. O volume vendido pelas três novas distribuidoras é quase o comercializado pela Shell, que fechou com participação de 13,5%, no período. Procurados pela Folha, representantes da Petronova, da Twister e da Gold não foram localizados. A venda de álcool a preço abaixo de custo preocupa cada vez mais, segundo distribuidoras consultadas pela Folha, à medida que o álcool passa a substituir a gasolina. Em São Paulo,



por exemplo, a venda de etanol já supera a da gasolina. De janeiro a junho deste ano, a venda de gasolina no Estado de São Paulo foi de 3,79 bilhões de litros, cerca de 1 bilhão de litros a menos do que a de álcool. Em Marília (SP), postos chegam a vender o litro do álcool a R\$ 0,95. O MPF (Ministério Público Federal) instaurou um procedimento para investigar a prática de preços, que revela indícios de sonegação fiscal. Cerca de 60 postos devem entregar notas fiscais de compra de álcool em agosto e setembro ao MPF. "Vou verificar se há venda com prejuízo com intenção de eliminar a concorrência ou se há falta de recolhimento de tributos", diz Jefferson Aparecido Dias, procurador do MPF em Marília e procurador regional dos direitos do cidadão em São Paulo. Dias já oficiou a ANP para que envie a relação de distribuidoras e o volume de vendas em São Paulo, o que deverá ser feito em até 20 dias. "Se houver indícios de sonegação, vou encaminhar as informações para a Fazenda paulista. O fato é que donos de postos que trabalham na legalidade não conseguem mais competir nesse mercado", diz. A SDE (Secretaria de Direito Econômico) e a ANP poderão ser acionadas pelo procurador.

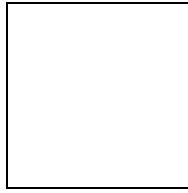
"Barrigas de aluguel"
A expansão do consumo de álcool hidratado criou no mercado paulista, segundo distribuidoras, as empresas chamadas de "barrigas de aluguel". São distribuidoras que sobrevivem por pouco tempo e operam apenas com uma central de atendimento. Após o acúmulo de débitos fiscais, elas fecham ou trocam de nome. "Só que conseguem desregular todo o mercado", diz Vaz.

**Projeto do governo para a cana deve elevar desemprego no campo – Marta Salomon –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2009**

Mecanização integral da colheita, que visa dar "selo verde" ao álcool, pode cortar
420 mil vagas

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cerca de 420 mil cortadores de cana do país podem perder os empregos por conta de uma das medidas anunciadas ontem pelo governo para garantir "selo verde" ao álcool combustível: a mecanização integral da coleta de cana até 2017. Até lá, a área plantada deverá chegar a 14,5 milhões de hectares, 86% maior do que a extensão de terras ocupadas atualmente pelo cultivo da planta. "O desemprego vai acontecer, sim", avalia Marcos Jank, presidente da Unica (União da



Indústria de Cana-de-Açúcar). A maioria dos produtores de cana de São Paulo aderiu a metas semelhantes de mecanização há dois anos: "Estamos requalificando esses trabalhadores e parte será absorvida no próprio setor [sucroalcooleiro], como operadores de máquinas, mecânicos e eletricitas". A mecanização das culturas integra o projeto de lei encaminhado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso. O objetivo dessa proposta é eliminar as queimadas e reduzir a emissão de gás carbônico, vilão do aquecimento global. O efeito por ano da medida seria semelhante à retirada de 2,2 milhões de carros de circulação. Resultado de mais de dois anos de debates internos no governo, o zoneamento da cana expressa a intenção de expandir o cultivo sem dano ao meio ambiente e, com isso, disputar mercado para o álcool no exterior. O projeto prevê multa de até R\$ 50 milhões e embargo de propriedade caso o cultivo avance sobre área coberta até ontem por vegetação nativa. O projeto também proíbe a expansão da cana na Amazônia, no Pantanal, na área da Bacia do Alto Paraguai. Essa última área foi objeto de grande disputa no governo. Produtores de cana do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul já se mobilizam para mudar o texto. "Não podíamos pôr em risco a imagem do álcool verde por causa do interesse de oito empreendimentos", defendeu o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Contrariado pela decisão de proibir novas usinas no entorno do Pantanal, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que é difícil fazer previsão sobre quando o Congresso aprovará as regras do zoneamento da cana.

Alimentos

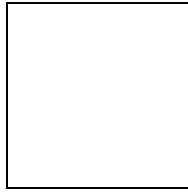
Independentemente da aprovação das regras pelo Congresso, decreto assinado por Lula já orienta desde ontem a concessão de crédito oficial às áreas consideradas aptas pelo governo.

Mais da metade das áreas indicadas como prioritárias para a expansão da cana é ocupada hoje por pastagens. Há 23,6 milhões de hectares - uma área equivalente ao Estado de São Paulo - ocupados hoje pela agricultura. O Ministério da Agricultura ficará responsável por analisar pedidos para a instalação de novas usinas de cana. Ontem, Stephanes comentou que o movimento de investidores interessados no álcool caiu nos últimos meses, acompanhando a queda no preço do petróleo.

Chuva afeta colheita da cana, e preço do álcool sobe – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/09/2009

Excesso prejudica a qualidade da cana e reduz a produção de açúcar e de álcool

O cenário é ruim para os usineiros, que recebem menos, e para o consumidor, que pagará mais na hora de abastecer seu veículo

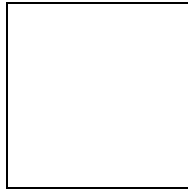


A grande safra de cana-de-açúcar esperada pelas usinas para este ano não deverá ocorrer. As chuvas, que no início da safra favoreceram o desenvolvimento das plantas, agora impedem a evolução da colheita. Não é só: o excesso de chuva prejudica a qualidade da cana, diminuindo a quantidade de açúcar e de álcool que pode ser extraída da matéria-prima.

Um cenário ruim para os usineiros, mas não menos ruim para o bolso dos consumidores. A venda de carros flex aumenta, puxando a demanda interna, mas a oferta de álcool não vai responder à expectativa inicial. A menor oferta de álcool vai ocorrer, ainda, porque há dois anos os usineiros vêm obtendo preços pouco remuneradores para o produto. Diante desse cenário, e com a melhora nos preços externos do açúcar, as usinas desviaram volume maior de cana para a produção de açúcar, reduzindo o percentual de cana para o álcool. O resultado disso tudo é que quando o consumidor parar no posto para abastecer seu veículo, pagará mais pelo álcool. Mesmo com esse cenário, Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), diz que a oferta de álcool anidro (misturado à gasolina) não está comprometida e a de hidratado (usado diretamente no tanque) será regulada pelo mercado.

Números

A moagem de cana deve somar 530 milhões de toneladas na safra 2009/10 na região centro-sul, volume 4,9% superior ao do ano passado, mas inferior aos 550 milhões previstos no início do ano. A produção de açúcar, estimada em 31,2 milhões de toneladas, fica em 29,4 milhões. A de álcool recua para 23,7 bilhões de litros, 10% menos do que a previsão inicial, e ainda 5,4% abaixo da safra 2008/9. A oferta interna de álcool só não é mais complicada porque o mercado externo não está tão favorável como no ano passado. As estimativas das usinas são de venda de 2,8 bilhões de litros para o exterior nesta safra, 34% menos do que na anterior. Segundo a Unica, as usinas devem terminar este mês com 45 dias de interrupção na moagem desde o início da safra, 11 dias a mais em relação a 2008. Padua diz que essa paralisação gerou aumento nos custos de produção de pelo menos 5%, já que máquinas e homens ficam à espera de clima melhor para voltar ao trabalho. Além disso, a usina movimenta uma cana que vai produzir menos do que no ano passado. A estimativa da Unica é que o rendimento da cana deste ano -medido em ATR (açúcar total recuperável) pelo setor- seja 4,3% inferior ao de 2008.



CTC e Dow firmam parceria no combate à broca da cana – Mônica Scaramuzzo –
Valor Econômico – Agronegócios – 23/09/2009

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), de Piracicaba (SP), firmou parceria com a Dow AgroSciences, braço de agronegócios da Dow Chemical, para o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar resistentes à broca-do-colmo (*Diatraea saccharalis*). Esta praga causa prejuízos aos canaviais de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano, afirmou William Burnquist, gerente de desenvolvimento estratégico e coordenador de biotecnologia do CTC.

Nessa parceria, a Dow vai fornecer de seu banco de germoplasma genes resistentes à praga. "A empresa tem um banco de genes amplo, com material testado em outras culturas, como milho, soja e algodão", afirmou Burnquist. A expectativa é de que estas variedades transgênicas sejam colocadas à disposição do mercado a partir de 2015. Até lá, Burnquist acredita que o governo aprove o plantio de cana geneticamente modificada.

A broca-do-colmo é uma praga que é disseminada por mariposas, que pousam na cana e depositam as larvas. Essas larvas se infiltram na cana e reduzem o teor de sacarose da matéria-prima. "É uma praga de difícil controle. As novas variedades de cana resistentes à praga devem reduzir o prejuízo, mas não vão eliminá-las 100% nos canaviais", afirmou o pesquisador.

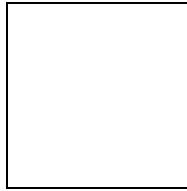
O controle dessas pragas nos canaviais é feito por meio de aplicação de defensivos agrícolas, mas não tem sido muito eficiente nos últimos meses.

A broca-do-colmo é mais tradicional nos canaviais do Centro-Sul do que a praga broca gigante (*Telchin licus*), mais incidente no Nordeste, mas que desde o ano passado começou a ameaçar os canaviais do Sudeste do país. "A broca gigante se infiltra na base cana", afirmou.

No mês passado, a CTC fechou parceria com a Basf para desenvolver variedades de cana resistentes à seca. Trata-se também de matéria-prima geneticamente modificada. A parceria também vai ser para colocar cana mais produtiva no mercado.

"A associação com estas empresas permite uma maior ganho nas pesquisas, uma vez que um material genético amplo. Nós, da CTC, temos expertise em cana", afirmou Burnquist.

Mantido por 182 usinas de açúcar e álcool do país, o CTC atende cerca de 12 mil fornecedores de cana. Detentor do maior banco de germoplasma de cana do mundo, o CTC tem desenvolvido pesquisas nas áreas agrícolas e industriais nas últimas décadas. Boa parte dos canaviais do Centro-Sul do país plantam variedades desenvolvidas pelo CTC.



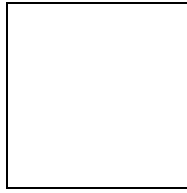
Bunge já está entre as três maiores exportadoras de açúcar do mundo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 24/09/2009

A Bunge está montando no Brasil sua plataforma internacional de açúcar. Os primeiros passos foram dados em 2006, quando a multinacional montou uma trading no país. Os negócios deram um grande salto com a incorporação da divisão de trading e comercialização de açúcar que pertenciam à inglesa Tate&Lyle, o que tornou a Bunge uma das três maiores exportadoras globais da commodity.

A expectativa é de que a múlti movimente este ano cerca de 4,5 milhões de toneladas de açúcar no mercado internacional, o que representa 10% do volume negociado no mundo. Desse total, 80% têm o Brasil como origem. A partir de 2010, a Bunge também começa a exportar seu próprio açúcar, produzido pelas suas usinas no país.



O anúncio da compra dos ativos de açúcar da inglesa ocorreu em julho de 2008, sem muito alarde, e a transação foi concluída este ano. Nos últimos meses, a companhia vem se preparando para se tornar uma das maiores comercializadoras globais de açúcar, concorrendo com pesos pesados como a Czarnikow e Sucden. O valor da negociação da divisão de trading da Tate&Lyle não foi divulgado, mas os ativos brutos da empresa inglesa foram avaliados, àquela época, em cerca de US\$ 570 milhões.



A comercialização de açúcar voltou a ficar atraente nos últimos meses. A commodity acumula valorização de 90% este ano na bolsa de Nova York. Os preços do produto deverão continuar firmes nos próximos meses, por conta da quebra de safra de importantes países produtores, como a Índia.

No Brasil, a Bunge não tem poupado esforços nem feito economia para avançar no setor sucroalcooleiro. Com investimentos em andamento da ordem de R\$ 2,1 bilhões no segmento de açúcar e álcool, a companhia opera no país duas usinas e está construindo sua terceira unidade, que deverá começar a operar na safra 2010/11. A empresa também analisa no país oportunidades para adquirir usinas em operação. Neste momento, a companhia está em processo de "due dilligence" (auditoria) das usinas do grupo paulista Moema e estuda os ativos da também paulista Equipav.

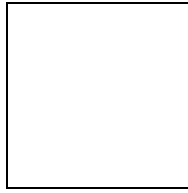
Há 104 anos no Brasil, a Bunge só decidiu entrar no setor sucroalcooleiro há três anos. Chegou um pouco tímida, montando uma trading de açúcar para conhecer o mercado, o que gerou críticas e desconfiança entre seus principais concorrentes. Em 2007, adquiriu sua primeira usina, a Santa Juliana, no Triângulo Mineiro. No ano seguinte, comprou sua segunda unidade, a Monte Verde, em Ponta Porã (MS), e iniciou a construção de um projeto "greenfield" (construção a partir do zero) no ano passado em Pedro Afonso, no Tocantins. O grupo japonês Itochu é sócio de duas das três unidades da Bunge - Santa Juliana e Pedro Afonso, com 20% de participação em cada. Na unidade de Monte Verde a múlti detém 60%.

"A Bunge vai exportar 100% da produção de açúcar de suas usinas", afirmou Adalgiso Telles, diretor de comunicação da companhia. A unidade Santa Juliana, que há duas safras produz apenas etanol, vai produzir açúcar a partir de 2010; a Monte Verde a partir de 2011 e a de Pedro Afonso, na safra 2011/12. "Em relação ao álcool, somente 15% deverá ser exportado", afirmou Telles.

Com seus atuais ativos em açúcar e álcool, a empresa tem capacidade para esmagar cerca de 13 milhões de toneladas de cana. O volume ainda é baixo para as ambições da empresa no Brasil.

Em 2006, quando deu início às suas operações como trading, a empresa exportou 500 mil toneladas de açúcar. Este ano, deve negociar 4,5 milhões de toneladas, dos quais 3,5 milhões de toneladas a partir do Brasil. A atividade ganhou maior musculatura com a incorporação da Tate.

Além da originação de açúcar a partir do Brasil, os ativos da Tate permitirão que a Bunge origine açúcar da Tailândia, que também está entre os maiores exportadores mundiais da commodity, e da Guatemala, na América Central.



Com forte tradição no mercado internacional de açúcar, a Tate&Lyle, fundada em 1921, desfez-se nos últimos anos de unidades de produção que não considerava lucrativa para se dedicar a produtos industrializados. Além dos ativos que negociou com a Bunge, a companhia já vendeu fábricas na Austrália e África e outras unidades ao redor do mundo.

No segmento de etanol, a Bunge fechou nas últimas semanas parceria comercial com a Vale para o transporte do álcool produzido na usina de Tocantins até o porto de Itaqui, no Maranhão. O foco da companhia nesse segmento deverá ser o mercado interno em um primeiro momento. Depois, se a demanda deslanchar no mercado internacional, a companhia criará uma infraestrutura maior para o combustível.

Os carros-chefes da Bunge são soja e trigo, segmentos que receberam milhões de reais em investimentos nos últimos anos, e fertilizantes. No entanto, a empresa decidiu que quer dar o mesmo tratamento para açúcar e álcool.

Atuando há mais de um século no país e há 190 anos no mundo, a Bunge chegou a ter mais de 130 empresas no país, incluindo negócios nos setores imobiliários, financeiro e de informática, até perceber que focar em agricultura poderiam ser um bom negócio, afirmou Adalgiso Telles.

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEL

Biodiesel

Mercado ainda aguarda data para adotar o B5 – Valor Econômico – Agronegócios – 02/09/2009

A despeito de o mercado dar como praticamente sacramentado que ocorrerá em janeiro de 2010 o aumento de 4% para 5% da mistura obrigatória de biodiesel ao diesel mineral, ainda há trâmites burocráticos a serem percorridos para a definição da data, afirma Ricardo Dornelles, diretor do departamento de combustíveis renováveis do Ministério de Minas e Energia. "Já se falou de janeiro, de abril, de julho. Será em 2010", disse.

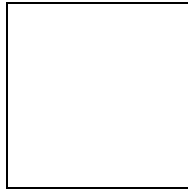
A análise técnica para o aumento da mistura, a cargo do conselho interministerial do biodiesel, ainda não foi concluída, segundo ele. Do aval técnico desse grupo é que sairá a data definitiva para a alteração. O cronograma inicial do programa de biodiesel previa aumento para o chamado B5 apenas em 2013. Em julho deste ano foi adotada a adição de 4%, não prevista inicialmente pelo governo. **(PC)**

Convênio financiará produção familiar – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios 10/09/2009

A Petrobras Biocombustível firmou ontem um convênio com o Banco do Brasil para garantir financiamento de R\$ 90 milhões a 60 mil produtores familiares de mamona, soja e girassol de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Sergipe. A produção abastecerá as usinas de biocombustíveis da estatal em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG).

O presidente da Petrobras Biocombustíveis, Miguel Rossetto, disse que o acordo com deve "estabilizar" o suprimento de matéria-prima. "Isso facilita o plantio, dá mais capacidade produtiva, garante a compra da produção e a assistência técnica aos produtores", disse. Os contratos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que podem oferecer de R\$ 5 mil a R\$ 40 mil por produtor, terão duração de até cinco anos. "Isso deve facilitar ao banco a concessão de crédito", disse o vice-presidente de Negócios Internacionais e Atacado do BB, Allan Toledo.

A empresa prevê a geração de 40 mil toneladas anuais de óleo para mover suas usinas e a integração de oito mil famílias às 52 mil atuais produtoras. Hoje, ela consome 174 milhões de litros de óleo/ano. A medida deve estimular o plantio de 120 mil hectares de matérias-primas para biocombustíveis. As propriedades devem ter média de dois a três



hectares. A Petrobras reforçará a aposta em novas matérias-primas - algodão, canola, girassol e mamona -, como opção à dependência da soja.

Biodiesel: encontro mobiliza produtores de matéria-prima – Sítio Eletrônico do MDA - 24/09/2009

Mais de 300 agricultores familiares, além de técnicos da extensão rural, entidades representativas dos agricultores, dos agentes financeiros, de prefeituras municipais da região e secretarias municipais de agricultura estiveram presentes, na tarde desta quarta-feira (23), no Encontro de Mobilização para a Safra 2009/2010, em Montes Claros (MG).

O objetivo foi analisar os resultados da safra passada e mobilizar os agricultores familiares e suas representações para a safra 2009/2010. Atualmente, mais de seis mil agricultores familiares de Montes Claros e região têm contrato com a Petrobras Biocombustível para comercialização de matéria-prima para a Usina Darcy Ribeiro, localizada em Montes Claros. O biodiesel é produzido na usina a partir das matérias-primas mamona, girassol, soja e macaúba.

Para o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci, “estamos conscientes de onde queremos chegar com o programa de biodiesel. Crescer com a inclusão”. Peraci destacou que o programa de biodiesel brasileiro está tentando colocar na matriz mundial a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária. Para o secretário, a Petrobras Biocombustível tem trabalhado para chegar onde é mais preciso – Nordeste e Minas Gerais, “revolucionando o perfil de uma região”.

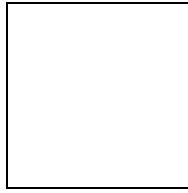
O secretário ressaltou a participação dos movimentos sociais no programa de biodiesel em relação aos contratos. As representações dos agricultores têm importante papel de mobilizar os agricultores nas localidades para a produção de matéria-prima para o biodiesel e, ainda, participam na relação contratual entre a empresa compradora da matéria e os agricultores.

Peraci explicou que vários instrumentos se ajustaram para a viabilidade do programa de biodiesel, entre eles, acesso ao crédito. “Dos R\$ 15 bilhões para esta safra, pelo menos R\$ 1,5 bilhão serão utilizados para o biodiesel”. Além disso, o secretário ressaltou as políticas de seguros de clima e de preço, instrumentos que dão mais segurança para o agricultor produzir. “Busque seu sindicato, a extensão rural para dar a segurança para plantar”.

Compromisso com Minas Gerais

O presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rosseto, abriu seu discurso reforçando que o objetivo é de crescimento das relações, para dar continuidade ao programa no estado de Minas Gerais e a ampliação da produção de matéria-prima e de biodiesel.

De acordo com Rosseto, a Usina Darcy Ribeiro (MG) produz 50 mil toneladas por ano de óleo mas tem a possibilidade de produzir mais que este total. “Temos muita



capacidade para comprar mais dos agricultores familiares, dos assentados. Queremos que os recursos fiquem aqui em Montes Claros e região”.

Rossetto reforçou o compromisso de cada vez mais melhorar o contrato com os agricultores. “Estamos aqui para ficar”, afirmou ao explicar a ampliação dos contratos de 1 para 5 anos. “Queremos uma relação mais estável”, disse.

Ele apontou, ainda, a importância do acesso ao conhecimento para obter a melhor forma de plantio. “Oferecemos profissionais de qualidade para visitar as propriedades, conversar com os agricultores”.

O prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite, avaliou a implantação da Usina Darcy Ribeiro como relevante para a economia da região, para o fortalecimento da agricultura familiar. “A Petrobras dá condições para os agricultores plantarem”.

De acordo com o diretor da Petrobras Biocombustível, Jânio Rosa, a meta é aumentar a participação de agricultores familiares dos atuais 6 mil, em 2009, para 10 mil em 2010. Ele informou que serão entregues 150 toneladas de sementes para os agricultores familiares de Minas Gerais iniciarem o plantio desta safra das oleaginosas. Ele destacou a importância da participação da agricultura familiar como “parte do sucesso que vamos ter daqui para frente”. Jânio também garantiu assistência técnica de qualidade, efetiva aos agricultores que têm contrato com a Petrobras Biocombustível.

Participaram da solenidade o presidente a Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto; o secretário nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci; o prefeito municipal de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite; o presidente da Câmara de Vereadores de Montes Claros, Athos Mameluque; o presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José Silva Soares; os representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado Minas Gerais (Fetaemg), Armindo Santos e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Francisco Borges; o superintendente estadual do Banco do Brasil (BB), Tércio Pascoal; o diretor da Petrobras Biocombustível, Jânio Rosa; e o gerente da Usina Darcy Ribeiro, Júlio César Lopes.

Etanol

Agrocombustíveis: energia limpa? – Carlos Lima - Sítio eletrônico da CPT – 04/09/2009

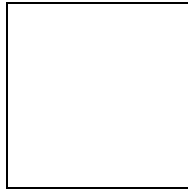
Entre os dias 29 de agosto e 03 de setembro estou em Maputo, capital de Moçambique, atendendo a um convite feito pelo Transnational Instituto (TNI) uma entidade holandesa que vem realizando pesquisas a respeito da produção de energias renováveis na Alemanha, em Moçambique e no Brasil. Os estudos estão sendo apresentados durante um seminário internacional a respeito dos agrocombustíveis. Os agrocombustíveis aparecem como uma alternativa mágica em substituição aos combustíveis fósseis, em particular o petróleo. Este é o motivo que me fez escrever este breve artigo.

O continente europeu desde 2003 vem aprofundando de forma mais sistemática as saídas para a crise energética. O discurso ideológico utilizado como pano de fundo é uma preocupação generalizada com as mudanças climáticas ou aquecimento global, um discurso apropriado devido à inquietação pela qual passa parte da humanidade no que se refere ao futuro do planeta e das espécies.

Este argumento é uma tentativa de camuflar o motivo da corrida energética que é a manutenção do atual modelo de produção capitalista, onde para se manter em pé, necessita de mais energia. Com objetivo claro e metas estabelecidas, a Europa caminha a passos largos para uma política energética que prioriza os combustíveis renováveis, tendo como meta a utilização de 10% nos combustíveis consumidos nos estados membros até 2020, onde deve ser revista a cada dois anos. Os impactos negativos e as mazelas a que serão submetidas às famílias camponesas e as comunidades tradicionais afetam diretamente o direito a posse da terra nos países do Sul Subdesenvolvido, porém vem sendo ignorados.

Diante disso, surgem várias indagações. Tem sustentabilidade a produção de agrocombustíveis? Qual o custo social, econômico e ambiental na produção dos agrocombustíveis? Caso sejam estas as perguntas-chaves posso afirmar, como alagoano, que é insustentável a produção de agrocombustível. Tenho esta convicção a partir da experiência que o estado de Alagoas foi submetido há mais de 400 anos na produção da cana-de-açúcar, matéria-prima da produção de etanol. Temos o “privilegio” de viver em um extenso canavial de 410 mil hectares que corresponde a 64% da área agricultável do Estado.

O que construímos durante esses séculos de experiências na produção da cana-de-açúcar? A resposta foi dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde afirma que 56% da população alagoana vive abaixo da linha de pobreza. Outro que contribuiu nesta resposta foi o economista e professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Cícero Péricles, que num estudo recente constatou que os programas federais, a exemplo do Bolsa Família distribuem mais renda que o setor sucroalcooleiro. São resultados científicos que devem ser considerados.



Historicamente, a atividade sucroalcooleira em Alagoas tem sido a geradora de profundos desrespeitos aos direitos humanos, os assalariados ganham cerca de R\$ 4,00 por tonelada de cana cortada e trabalham em condições degradantes ou análogas a escravidão, além do roubo praticado na hora de medir ou pesar a quantidade de cana cortada ao final da jornada. Outro impacto negativo é contra o meio ambiente: em relação à destruição da mata atlântica – a qual foi reduzida a cerca de 3%; o envenenamento dos rios e lagoas com os resíduos (vinhoto) da cana de açúcar; e, por fim, o monocultivo colonial da cana se constituiu num obstáculo a implantação da reforma agrária. Como pode ser limpa uma energia que deixa um rastro de exploração do ser humano, a devastação da natureza e expulsa as famílias do campo? Os efeitos dos agrocombustíveis devem ser avaliados a partir de todo o ciclo de produção, e não unicamente “do cano de escape para fora”.

As propagandas oficiais e das grandes empresas impõem um pensamento, quase dogmático, no qual não existe salvação fora do canavial. O que não é verdade, basta olhar para o município de Arapiraca que repensou seu modelo de produção no campo, antes baseada no fumo, e tem diversificado a sua produção de alimentos e apostado na prática agroecológica. Atendendo uma necessidade interna na produção e consumo de alimentos.

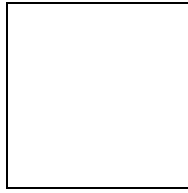
Então temos que opinar entre produzir mais etanol para garantir o padrão de vida dos europeus e os lucros das grandes empresas ou alimentar os alagoanos, brasileiros, africanos e outros que sofrem com o mal da fome. Entre pôr alimentos nas mesas ou alimentar tanques de carros, fico com a primeira. E você?

* Historiador e Coordenador Estadual da CPT/AL

Agrocombustíveis: energia limpa? - Carlos Lima – Sítio Eletrônico da CPT – 04/09/2009

Entre os dias 29 de agosto e 03 de setembro estou em Maputo, capital de Moçambique, atendendo a um convite feito pelo Transnational Instituto (TNI) uma entidade holandesa que vem realizando pesquisas a respeito da produção de energias renováveis na Alemanha, em Moçambique e no Brasil. Os estudos estão sendo apresentados durante um seminário internacional a respeito dos agrocombustíveis. Os agrocombustíveis aparecem como uma alternativa mágica em substituição aos combustíveis fósseis, em particular o petróleo. Este é o motivo que me fez escrever este breve artigo.

O continente europeu desde 2003 vem aprofundando de forma mais sistemática as saídas para a crise energética. O discurso ideológico utilizado como pano de fundo é uma preocupação generalizada com as mudanças climáticas ou aquecimento global, um discurso apropriado devido à inquietação pela qual passa parte da humanidade no que se refere ao futuro do planeta e das espécies.



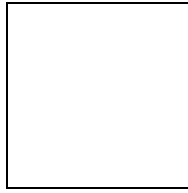
Este argumento é uma tentativa de camuflar o motivo da corrida energética que é a manutenção do atual modelo de produção capitalista, onde para se manter em pé, necessita de mais energia. Com objetivo claro e metas estabelecidas, a Europa caminha a passos largos para uma política energética que prioriza os combustíveis renováveis, tendo como meta a utilização de 10% nos combustíveis consumidos nos estados membros até 2020, onde deve ser revista a cada dois anos. Os impactos negativos e as mazelas a que serão submetidas às famílias camponesas e as comunidades tradicionais afetam diretamente o direito a posse da terra nos países do Sul Subdesenvolvido, porém vem sendo ignorados.

Diante disso, surgem várias indagações. Tem sustentabilidade a produção de agrocombustíveis? Qual o custo social, econômico e ambiental na produção dos agrocombustíveis? Caso sejam estas as perguntas-chaves posso afirmar, como alagoano, que é insustentável a produção de agrocombustível. Tenho esta convicção a partir da experiência que o estado de Alagoas foi submetido há mais de 400 anos na produção da cana de açúcar, matéria-prima da produção de etanol. Temos o “privilégio” de viver em um extenso canavial de 410 mil hectares que corresponde a 64% da área agricultável do Estado.

O que construímos durante esses séculos de experiências na produção da cana de açúcar? A resposta foi dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde afirma que 56% da população alagoana vive abaixo da linha de pobreza. Outro que contribuiu nesta resposta foi o economista e professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Cícero Pérciles, que num estudo recente constatou que os programas federais, a exemplo do Bolsa Família distribuem mais renda que o setor sucroalcooleiro. São resultados científicos que devem ser considerados.

Historicamente, a atividade sucroalcooleira em Alagoas tem sido a geradora de profundos desrespeitos aos direitos humanos, os assalariados ganham cerca de R\$ 4,00 por tonelada de cana cortada e trabalham em condições degradantes ou análogas a escravidão, além do roubo praticado na hora de medir ou pesar a quantidade de cana cortada ao final da jornada. Outro impacto negativo é contra o meio ambiente: em relação à destruição da mata atlântica – a qual foi reduzida a cerca de 3%; o envenenamento dos rios e lagoas com os resíduos (vinhoto) da cana de açúcar; e, por fim, o monocultivo colonial da cana se constituiu num obstáculo à implantação da reforma agrária. Como pode ser limpa uma energia que deixa um rastro de exploração do ser humano, a devastação da natureza e expulsa as famílias do campo? Os efeitos dos agrocombustíveis devem ser avaliados a partir de todo o ciclo de produção, e não unicamente “do cano de escape para fora”.

As propagandas oficiais e das grandes empresas impõem um pensamento, quase dogmático, no qual não existe salvação fora do canavial. O que não é verdade, basta olhar para o



município de Arapiraca que repensou seu modelo de produção no campo, antes baseada no fumo, e tem diversificado a sua produção de alimentos e apostado na prática agroecológica. Atendendo uma necessidade interna na produção e consumo de alimentos.

Então temos que opinar entre produzir mais etanol para garantir o padrão de vida dos europeus e os lucros das grandes empresas ou alimentar os alagoanos, brasileiros, africanos e outros que sofrem com o mal da fome. Entre pôr alimentos nas mesas ou alimentar tanques de carros, fico com a primeira. E você?

Riscos e oportunidades do pré-sal – Julio Gomes de Almeida e Luiz Gonzaga Belluzzo –
Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 01/09/2009

As descobertas de grandes reservas de petróleo e gás na chamada camada "pré-sal" tanto podem descortinar um futuro brilhante para os brasileiros quanto submeter o país a um processo de empobrecimento econômico e anomia social.

Entre as descobertas e a obtenção dos benefícios, entre a taça e os lábios, o líquido pode derramar. As condições para a concretização das promessas são muitas.

A regulamentação atual do setor não é compatível com a abundância. Ela foi concebida para a escassez, "para se achar petróleo". Por isso, tomou por base o "modelo" de concessão.

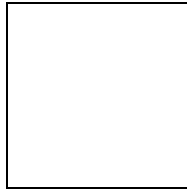
Já o sistema de partilha permite a apropriação da riqueza por parte do Estado em nome da sociedade. A riqueza do petróleo é apropriada sob a forma de impostos e royalties -como, aliás, ocorre no modelo vigente.

Esse padrão de tributação pode conviver com o sistema de partilha, mas no caso brasileiro é recomendável alterá-lo: 1) a tributação deve aumentar; 2) a atual regra de distribuição dos recursos tributários obtidos com a exploração do petróleo entre União, Estados e municípios precisa ser revista.

Naturalmente, nada deve mudar quanto aos projetos já em andamento, cujos frutos de exploração pertencem às empresas detentoras das concessões, e os royalties, aos Estados já contemplados.

A concentração nas mãos da União é a condição para a universalização das políticas sociais e de investimento em infraestrutura, com regras claras destinadas a reger a utilização dessa riqueza para o desenvolvimento e o bem-estar do conjunto das regiões, dos Estados e dos municípios do país.

A avalanche de moeda estrangeira que certamente advirá da exportação de petróleo ameaça tornar incontrolável o vício nativo cevado nas delícias tão sedutoras quanto viciosas do câmbio valorizado.



A "doença holandesa" é a moléstia de uma sociedade de cigarras que passa a depender de uma dádiva natural e abandona a riqueza fruto do trabalho, da inovação tecnológica e da agregação de valor.

O ideal seria aplicar no exterior os recursos gerados pelas exportações, utilizando no âmbito doméstico tão-somente os recursos gerados nas vendas internas e os rendimentos obtidos das aplicações no estrangeiro.

Não por acaso, proliferaram os "fundos soberanos", muitos dos quais fruto da acumulação de receitas derivadas da exportação de petróleo.

As aplicações devem ser conservadoras e de longo prazo, já que se destinam a transmitir para gerações futuras uma riqueza finita que não pode beneficiar apenas a geração presente.

A aplicação dos recursos do fundo soberano no exterior será de grande valia para promover a internacionalização de empresas e bancos brasileiros. Bem conduzida, essa estratégia vai conferir ao real o status de moeda conversível, além de obrigar os gestores a adotar estratégias de longo prazo na administração dos recursos.

A experiência recente dos fundos soberanos mostra que eles têm poder para reverter as tendências perversas dos mercados financeiros, ao promover mais investimentos nas empresas e menos traquinagens especulativas com ativos já existentes.

No âmbito doméstico, o Governo brasileiro anunciou o desejo de conceder prioridade ao desenvolvimento social, sobretudo à educação e à inovação tecnológica, o que nos parece correto.

Seria igualmente importante apoiar a modernização da infraestrutura e das formas alternativas de energia renovável, além de criar um fundo para estabilização das receitas fiscais, com o propósito de atenuar as consequências das flutuações nos preços do petróleo.

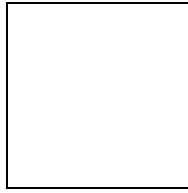
A forma institucional mais bem-sucedida de gestão da riqueza proporcionada pela exploração do petróleo é oferecida pela Noruega. Os noruegueses criaram uma empresa estatal para administrar as participações do Governo nos projetos partilhados e a gestão do fundo soberano.

No Brasil, uma empresa desse tipo cumpriria essas e outras funções, tais como o planejamento do ritmo de exploração das reservas do pré-sal e a supervisão das políticas industriais e tecnológicas.

Dentre os setores a serem fomentados, há que sublinhar a importância estratégica da própria indústria de bens de capital, de suprimentos e serviços que abastecem o setor de petróleo.

Enxuta em termos de pessoal e com atribuições claramente definidas, essa empresa teria capacidade para antecipar recursos no mercado de capitais e mobilizar fundos para promover a cadeia produtiva do petróleo, além de financiar novas prospecções executadas por empresas do setor, como a Petrobras.

Essas ações oferecem ao país a oportunidade de se libertar da crônica dependência do financiamento externo e afastar os choques cambiais que de tempos em tempos constroem a política econômica.



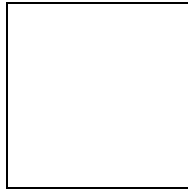
Verba ambiental é incluída na última hora – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2009

Lula decidiu ontem incluir ambiente como destinatário de fatia de recursos do fundo a ser criado com a renda do petróleo

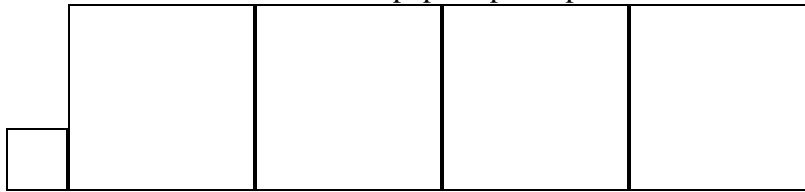
Dinheiro poderá ser usado em projetos de energia renovável e na tecnologia de captura e armazenagem de carbono no fundo do mar

Apesar dos estudos que apontam concentração três a quatro vezes maior de gás carbônico (CO₂) no petróleo da camada pré-sal, o ambiente só ganhou espaço nas regras anunciadas ontem pelo governo em uma carona de última hora. O presidente Lula decidiu ontem de manhã incluir o ambiente como destinatário de fatia das verbas do fundo a ser criado com a renda da exploração. O dinheiro do fundo, se aprovado pelo Congresso, poderá ser aplicado em projetos de energia renovável e até na tecnologia cara e ainda em fase experimental de captura e armazenamento de carbono no fundo do mar, conhecida pela sigla em inglês CCS. Lula se antecipou a uma reação prevista pelo ministro Carlos Minc. Segundo ele, a proposta do governo seria alterada no Congresso. A senadora Marina Silva (PV-AC) já havia cobrado investimentos na área. "Não posso dizer que é um efeito Marina, mas haveria reação no Congresso", disse Minc. Num sinal da reação, ativistas da ONG ambientalista Greenpeace roubaram por alguns minutos a cena na cerimônia de lançamento do marco regulatório do pré-sal em protesto contra o aumento das emissões de CO₂ decorrente da exploração das reservas. Os seguranças recolheram a faixa entregue a Lula onde se lia: "Pré-sal e poluição, não dá para falar de um sem falar do outro". Na reunião de ontem de manhã, Minc voltou a falar dos estudos que apontam concentração maior de CO₂ no petróleo da camada pré-sal em relação aos poços já explorados. Ainda durante a reunião, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse que a estatal já trabalha com a reinjeção nos poços de parte do CO₂ extraído com o petróleo. Para Minc, isso não é suficiente. Regras detalhadas serão definidas na ocasião do licenciamento ambiental para a exploração comercial dos poços, prevista para começar em 2015.

As estimativas do Greenpeace assombram o negócio anunciado pelo governo. A ONG calcula que o pré-sal poderá ser responsável pela emissão de 1,3 bilhão de toneladas extras de CO₂ na atmosfera, considerando não apenas o gás encontrado com o petróleo, mas o

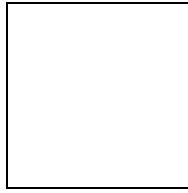


refino e a queima do combustível. O custo da captura e armazenamento do CO2 do pré-sal pode alcançar centenas de bilhões de reais e anular o resultado do combate ao desmatamento da Amazônia, disse Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace. "É muito fácil colocar um número no papel e partir para o tudo ou nada", reagiu Minc.



O pré-sal e o pós-sal – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Espaço Aberto – 02/09/2009

Pura coincidência, mas muito significativa: no dia em que boa parte dos jornais do mundo dava destaque para o pré-sal brasileiro, começava em Londres o, digamos, pós-sal - uma campanha cujo fim último fatalmente será o de um mundo com muito menos consumo de petróleo. A campanha chama-se 10:10, porque visa reduzir em 10% em 2010 a emissão de gases que causam o aquecimento global. Petróleo e derivados são, sabidamente, os vilões principais nessa história, seguidos pelo desmatamento. A campanha envolve "uma coligação sem precedentes de cientistas, empresas, celebridades e organizações [sociais], cobrindo todo o espectro político e cultural", segundo o jornal "The Guardian", que aderiu com tudo ao 10:10, a ponto de toda a sua capa de ontem estar dedicada ao tema do aquecimento global (não, petistas hidrófobos, o "Guardian" não está fazendo a campanha de Marina Silva). Do meu ponto de vista, o que chama mais a atenção é o fato de que se busca envolver cada cidadão no esforço dos 10:10. Tanto que um quadro na capa mostra "cinco maneiras pelas quais você pode dar apoio à campanha". Uma delas: "Compartilhe sua experiência de tentar viver uma vida de baixo uso de carbono e consiga orientação de nossos peritos verdes". Quando digo que se trata de uma coincidência significativa não é para criticar o pré-sal. Ao contrário. Mesmo que o petróleo tenha vida mais ou menos curta, o Brasil é um dos poucos países do mundo, talvez o único, com a imperdível oportunidade de usar os recursos provenientes de um combustível sujo para desenvolver e/ou consolidar as alternativas limpas que possui. Foi esse o principal aspecto que faltou discutir nessa história do marco regulatório do pré-sal. Se continuar ausente, aí, sim, se dará a "maldição" a que aludiu o presidente Lula.



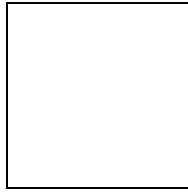
Petróleo na urna – Folha de São Paulo – Espaço Aberto – Editorial – 02/09/2009

Governo tenta atropelar Congresso com proposta inconvincente de marco regulatório, repleta de armadilhas estatistas

CONSUMOU-SE, na explicitação dos projetos do Planalto para o pré-sal, a revanche contra a abertura do mercado e contra a quebra do monopólio da Petrobras, efetivadas na década passada. A antecipação do calendário eleitoral, motivada pela iniciativa do presidente Lula de viabilizar a candidatura Dilma Rousseff, atropelou o interesse público. Propor a tramitação em 90 dias, no regime de urgência constitucional, de um programa que subverte todo o modelo de exploração, tributação, concorrência e partilha de recursos fiscais em curso -e que, além disso, exige emissão de mais R\$ 100 bilhões em dívida pública, o equivalente a dois meses de arrecadação federal- é um acinte. O governo federal e a Petrobras, que passaram 14 meses confabulando para chegar à sua proposta, não são os únicos interessados na discussão. A mudança afeta toda a sociedade, detentora das riquezas do subsolo. A tramitação dos quatro projetos de lei pelo Congresso é a oportunidade de dar a Estados, municípios, trabalhadores, consumidores, empresários, ambientalistas e técnicos o tempo que for necessário para que se façam ouvir. A precipitação de Lula chega a ser ridícula diante do fato de que não se sabe, com o mínimo de segurança, qual a dimensão da renda petrolífera que se quer, desde já, dividir. A que ponto a província do pré-sal vai elevar as reservas recuperáveis de petróleo do Brasil, hoje em 14 bilhões de barris? A que custo de extração? Na falta de mapeamento da região de 149 mil km² (equivalente à área do Ceará), campeia uma incrível dispersão de palpites. De 30 bilhões de barris a 300 bilhões de barris, vai uma diferença oceânica. No primeiro caso, o Brasil apenas administraria pelas próximas décadas a autossuficiência energética já obtida; no outro, seria alçado à condição de potência exportadora.

Em vez de mapear as riquezas antes -até para convencer o público de que seria preciso mudar o modelo-, o governo passou diretamente à fase seguinte. A urgência eleitoral prevaleceu e deu passagem a propostas estatistas de fazer inveja aos "desenvolvimentistas" da ditadura militar.

Na partilha de produção, o governo divide o lucro da empreitada, na forma de óleo, com o consórcio empresarial contratado para explorar os campos. Mas, para chegar ao lucro, é preciso definir antes os custos de cada empreendimento específico, o que não é trivial numa atividade complexa e intensiva em capital como a petrolífera. O governo cria, então, a Petro-Sal para controlar os custos de cada campo, entre outras funções -como cuidar dos trâmites de comercialização do óleo estatal- que deveriam ser eminentemente técnicas. Capaz de influir em decisões empresariais básicas, caso da contratação de fornecedores, e sujeita a controle político do governo de turno e de sua sempre notória "base aliada", a Petro-Sal seria uma porta escancarada para corrupção,



negociatas e privilégios. Outro ponto vulnerável à politização e à má alocação de recursos, bem como à acomodação típica dos monopólios, é a regra que torna a Petrobras parceira obrigatória da União em todos os campos do pré-sal, com participação mínima de 30%. Dispensada da concorrência, terá no entanto de participar mesmo das empreitadas as quais o cálculo frio recomendaria recusar.

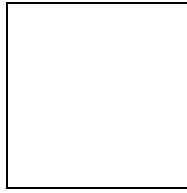
O poder discricionário do Executivo amplia-se também por outros meios. Mesmo fora do pré-sal, onde continuam valendo as regras da concessão -empresas disputam livremente o direito de exploração num processo licitatório, e vence a que oferecer o maior lance-, o governo poderá intervir. Basta que considere, num simples decreto, a região como de "interesse para o desenvolvimento nacional" e ela será retirada da competição. Além disso, o privilégio já oferecido à Petrobras poderá ser ampliado. A fim de preservar o "interesse nacional", sem definir bem o que isso significa, o governo poderá contratar apenas a Petrobras, sem licitação, para operar determinados campos. Até aqui o governo Lula não demonstrou que a sua proposta será capaz de assegurar os investimentos necessários para a exploração das novas jazidas petrolíferas. Tomando-se os "chutes" mais conservadores acerca do potencial do pré-sal, não é difícil que essa cifra ultrapasse meio trilhão de dólares -ou 30% do PIB-, diluído ao longo dos anos. O modelo de concessões oferece uma resposta satisfatória a esse problema, pois amplia as fontes de investimento, por meio de uma competição de escala global, e propicia antecipação de receitas ao governo.

A experiência mundial, decerto, mostra que modelos não são decisivos para o sucesso de um país na exploração do petróleo; por vários caminhos e ajustes se chega a um bom arranjo. O fundamental é o governo ampliar, por meio de tributação ou dispositivos análogos, a sua participação na renda gerada pela atividade -e ser proibido, por lei, de torrar os recursos em despesas de custeio. Dadas a rarefação de parâmetros técnicos e a falta de definições que prevalecem na proposta do Planalto sobre o pré-sal, nem isso está garantido. Por ora, o "passaporte para o futuro" anunciado pelo presidente Lula pouco se distingue de um panfleto eleitoral que já chega embolorado -tal o grau de dirigismo, privilégios e distorções nele estampados.

Pré-sal sabotado biocombustível, afirma francês – Daniele Carvalho – Folha de São Paulo – Ciência –n04/09/2009

A descoberta de petróleo na camada de pré-sal pode se transformar numa "tentação" capaz de levar o Brasil a desacelerar o ritmo com que vem desenvolvendo combustíveis renováveis. A avaliação é do embaixador da França para Negociações Climáticas, Brice Lelonde.

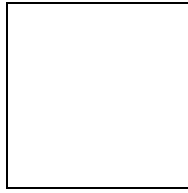
"Petróleo sempre traz muitos problemas porque envolve muito dinheiro. O pré-sal é uma tentação porque, quando você encontra um tesouro, pode mudar sua vida", diz ele, que



participou de evento ontem no Rio. De acordo com Lelonde, o país já vem desempenhando papel de destaque na área de combustíveis renováveis. Por conta disso, Lelonde diz crer que o Brasil deve desempenhar papel de liderança na conferência do clima de Copenhague, em dezembro. "O presidente Lula tem mostrado como o Brasil pode desempenhar o papel de líder. Além disso, não podemos nos esquecer que foi no Rio de Janeiro que se assinou um dos mais importantes acordos sobre o assunto", disse, referindo-se à Convenção do Clima. Questionado se os países ricos deveriam ter metas mais ambiciosas de redução de redução de poluentes do que os pobres, Lelonde declarou: "Os países desenvolvidos devem começar agora, mas isso não quer dizer que se não deva tomar conta do futuro. É importante que cada país faça alguma coisa. Temos que fazer isto juntos."

Metas do PAC para o álcool foram cumpridas – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/09/2009

As metas de expansão da produção de álcool apresentadas no lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), há três anos, sustentaram-se principalmente por conta do forte crescimento do mercado interno, impulsionado pela crescente frota bicombustível (flex). Em 2006, os números do setor chegavam a apontar a possibilidade da construção de mais de cem usinas até 2010. O próprio governo, no entanto, reduziu o número e avaliou que 77 tinham condições de serem de fato implementadas. Até agora, 64 foram construídas. Em relação à produção, que em 2006 era de aproximadamente 18 bilhões de litros por ano, a meta era chegar a 23,3 bilhões em 2010. Essa projeção, no entanto, já foi superada: a produção atual é de 27,5 bilhões de litros por ano. O desempenho no mercado externo também ficou acima das expectativas. Em 2006, o governo avaliava que até 2010 estariam sendo exportados 5 bilhões de litros de álcool por ano, meta alcançada em 2008. Dois projetos do PAC, porém, não tiveram o desempenho esperado. O alcoolduto entre o porto de Paranaguá (PR) e Cuiabá (MS) não tem viabilidade econômica e foi temporariamente abandonado. Outro duto, de Senador Canêdo (GO) ao porto de São Sebastião (SP), teve as metas alteradas. Até 2010, só será possível inaugurar o trecho que liga o porto até a cidade de Uberaba (MG). O resto do trajeto deverá ser feito depois. Na avaliação de Ricardo Dorneles, diretor de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, as metas do PAC em relação ao álcool eram tímidas. "As metas foram feitas antes do boom dos automóveis flex, em 2006", explicou.



Boom do flex

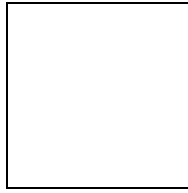
Em 2005, de acordo com a Anfavea, o país produziu 776.164 carros flex. No ano seguinte, houve aumento de 60%, com a produção de 1.248.062 automóveis bicompostíveis. No ano passado, a produção foi de 1.984.941 veículos. Esse aumento da frota se reflete no consumo de álcool hidratado: era de 6,18 bilhões de litros em 2006, segundo o Sindicom (Sindicato Nacional dos Distribuidores de Combustíveis), e passou para 13,3 bilhões de litros em 2008: alta de 115%. A importância do mercado interno pode ser observada a partir do perfil da produção de álcool na safra atual. Deverão ser produzidos 8% mais álcool do que na safra passada. Desse total, haverá redução de 22% no álcool anidro (que é exportado) e aumento de 23% no álcool hidratado. Mas, apesar de a meta do PAC para exportação ter sido atingida, Dorneles avalia que a performance do mercado externo ainda está aquém do esperado. Para este ano, por conta da crise financeira, é esperada uma redução de até 14% nas exportações. A crise não deve afetar os investimentos para 2010, mas deve atingir os planos de 2011 e 2012.

Proteção era desnecessária, diz professor – Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 01/09/2009

As novas regras para exploração do pré-sal não devem afugentar investidores por conta do aumento da participação da Petrobras, segundo Edmilson Moutinho dos Santos, professor do Instituto de Engenharia e Eletrotécnica da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Para ele, aliás, essas garantias podem até significar uma pedra no pé da Petrobras.

Ele explica que a garantia de exclusividade de operação à Petrobras e de participação da estatal nos consórcios em no mínimo 30% pode ser prejudicial à própria empresa. "A reserva de mercado à Petrobras não é boa e nem ao menos necessária", diz ele. Na opinião do especialista, a estatal tem capacidade de ganhar todas as licitações que lhe interessarem sem a proteção. Essa garantia de mercado pode ser prejudicial a ela mesma à medida que a forçará a estar presente mesmo em investimentos em que não tem interesse. "Hoje a Petrobras já é dominante. Como essa nova regra, porém, ela não poderá deixar de realizar investimentos que não lhe interessam", diz.

Por esse mesmo motivo, a garantia de participação mínima de 30% da Petrobras nos consórcios pode acabar sendo um problema maior para a estatal do que para os investidores privados, segundo Santos. "Todas as empresas querem ser sócias da Petrobras, já que a estatal é quem mais conhece os campos do pré-sal, e isso dá mais garantia ao investimento", diz. Ao mesmo tempo, ele diz que dificilmente algum investidor aceitará



ficar com uma fatia maior do consórcio sem poder ficar com a operação do campo. "Isso forçará a Petrobras a ter uma participação majoritária nos consórcios", diz.

Ele acredita que na prática a Petrobras não deve operar os blocos sozinha, pois as licitações garantem um maior ganho ao governo e permite investimentos mais rápidos. "Na prática, a contratação exclusiva da Petrobras não deve ocorrer."

Santos destaca que uma grande preocupação trazida pelo novo modelo é a Petrobras se tornar mais vulnerável às influências políticas. "A ameaça maior é o gigantismo da empresa, o que pode fazer com que ela saia do controle e se torne ferramenta importante na esfera política", diz ele.

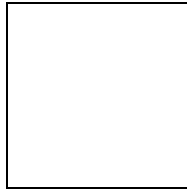
O pré-sal, segundo Tolmasquim – Cristiano Romero – Valor Econômico – Brasil – 02/09/2009

Ao optar pelo regime de partilha para a exploração de petróleo na camada pré-sal, o Brasil fará companhia a países que possuem grandes reservas de óleo e que, em sua maioria, gozam de péssima reputação no quesito democracia. Estes são os casos, para citar apenas alguns, de Arábia Saudita, Irã, Líbia e mesmo da vizinha Venezuela e da distante Rússia. O fato, no entanto, de ser hoje uma democracia vibrante, que possui instituições e respeita contratos, dará ao Brasil na era do pré-sal, na visão do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, um valor estratégico.

"Esse regime vai colocar o Brasil num processo interessante de inserção internacional. Hoje, os países que detêm as maiores reservas de petróleo são complicados. Qual o valor para o mundo de se ter uma economia democrática, um país ocidental com petróleo de boa qualidade e estabilidade do jogo?", indaga, em conversa com esta coluna, o dirigente da EPE, um dos principais formuladores das propostas do pré-sal encaminhadas ao Congresso na segunda-feira. "O Brasil pode, a partir do pré-sal, ter um valor estratégico para o mundo."

Nos países "complicados" onde predomina o regime de partilha, há empresas internacionais explorando petróleo. A diferença, observa Tolmasquim, é que, no Brasil, se respeitam contratos e há um ambiente de trabalho completamente diferente. Naquelas nações, as petrolíferas constroem verdadeiras vilas, cercadas por arames e guardas. "Os contratos normalmente são violados. No Brasil, eles estão sendo mantidos."

A descoberta do pré-sal é, segundo Tolmasquim, um divisor de águas na história energética do país. Trata-se de um recurso volumoso de petróleo, concentrado numa área que diluiu muito o risco de insucesso na exploração. No pré-sal, a Petrobras já perfurou 31 poços, com taxa de sucesso de 87%. No núcleo dessa área - a Bacia de Santos -, perfurou



13, com 100% de sucesso. "A indústria de petróleo trabalha com um nível de sucesso de 20%", compara o presidente da EPE.

Os países que adotam o regime de partilha o fazem com o objetivo de apropriar uma renda maior e ter uma gestão sobre a produção. A apropriação da renda é muito importante, mas a questão da gestão, argumenta Tolmasquim, é especialmente importante para o Brasil. Há o risco de doença holandesa - a valorização cambial decorrente da entrada de divisas provenientes da exportação de commodities, como o petróleo, pode provocar desindustrialização. Há ainda o risco de a economia se tornar fortemente dependente de receitas do petróleo, como ocorreu no México e na Venezuela. Nesses países, essa dependência reduziu a arrecadação em outras áreas da atividade econômica, gerando problemas fiscais.

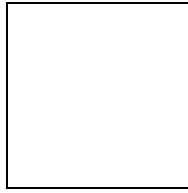
"O Brasil deu uma sorte danada por ter encontrado petróleo agora. O país tem hoje uma estrutura industrial complexa, um parque avançado", sustenta o presidente da EPE, sem mencionar que a escassez de petróleo nos anos 70 esteve na origem das graves crises enfrentadas pelo país. Evidentemente, o raciocínio de Tolmasquim é o de que, tendo descoberto petróleo em grande quantidade somente agora, o país pode gerir essa riqueza com cuidado para não perder o que já possui, isto é, uma economia crescentemente dinâmica e competitiva em vários setores. "Os países que encontraram petróleo mais cedo não conseguiram nem construir seu aparato industrial."

Controlar os fluxos de produção de petróleo do pré-sal, insiste Tolmasquim, é fundamental. Ao fazer isso, o país pode canalizar esses benefícios tanto para iniciativas de combate à pobreza e investimentos em áreas cruciais como educação e saúde, quanto para desenvolver a cadeia produtiva do petróleo e seus derivados. "A questão é não só evitar a desindustrialização, mas usar o petróleo como um processo de alavancagem da indústria. Não é só uma questão preventiva, mas pró-ativa também", afiança o presidente da EPE, uma estatal vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Tolmasquim defende o papel destinado pelo governo à Petrobras, que sai como grande vencedora das propostas do governo para o pré-sal - a estatal mostrou sua força, afinal, no início dos debates, o que se via era a ameaça de perda de espaço e prestígio; até o presidente Lula chegou a declarar que o pré-sal não pertencia à Petrobras. "Qualquer país pretende ter uma empresa que represente suas cores no mundo. Toda nação tem as suas 'national champs' (empresas líderes, campeãs nacionais)", diz o dirigente da EPE.

Ao operar e investir no pré-sal, a Petrobras vai elevar maciçamente as aplicações em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil, aumentando a demanda por conhecimento das universidades e, portanto, estimulando o desenvolvimento tecnológico. "O pré-sal vai estar para os brasileiros como a Nasa está para os EUA. Há benefícios indiretos, incomensuráveis, para o desenvolvimento tecnológico do país. Isso só acontece se a empresa for sediada na economia local", raciocina Tolmasquim.

O presidente da EPE descarta a ideia de que, com o novo modelo regulatório, companhias petrolíferas internacionais perderão interesse em investir no Brasil. Ele diz que o que dá valor a uma empresa de petróleo é a quantidade de reservas que ela possui. Hoje,



no mundo, o acesso de empresas privadas a reservas é limitado. De fato, 77% das reservas estão em mãos de companhias estatais e apenas 7% sob o controle de empresas privadas. "Vamos proporcionar, com o novo modelo, acesso a grandes reservas de petróleo. O modelo de partilha não impedirá que elas venham. De maneira nenhuma", afirma ele, taxativo.

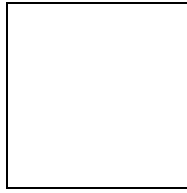
O fato de o governo ter definido que a Petrobras será a única operadora do pré-sal não preocupa Tolmasquim. Ele lembra que, hoje, a estatal está presente em todos os blocos do pré-sal já licitados. Em apenas um campo - liderado pela Esso -, ela não é a operadora. "Hoje, nos leilões de concessão, as empresas estrangeiras correm atrás da Petrobras para se associar com elas. É regra geral", observa o presidente da EPE.

Brasil terá mais um recorde na produção de açúcar e etanol – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/09/2009

Brasília (2.9.2009) - A indústria sucroalcooleira vai esmagar neste ano uma quantidade recorde de cana-de-açúcar. De acordo com o segundo levantamento nacional da safra, divulgado nesta quarta-feira (2), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a colheita total será de 629,02 milhões de toneladas, 10% a mais que em 2008. O crescimento é resultado da melhor distribuição de chuvas nas regiões produtoras e da ampliação da área plantada, que atingirá 7,74 milhões de hectares.

Com a manutenção do índice de produtividade, cerca de 81 toneladas por hectare, uma das novidades é o aumento da destinação da matéria-prima para a fabricação de açúcar, ou seja, cerca de 45% da colheita total, quase 2% a mais que no ano passado. Com isso, 280,46 milhões toneladas de cana serão transformadas em 734,5 milhões de sacas de 50 quilos cada, contra 632,4 milhões de sacas do período anterior.

O restante da colheita (55%), ou 348,56 milhões toneladas, vai para a produção de etanol, o que deve gerar 9,13 bilhões de litros de combustível do tipo anidro (misturado à gasolina) e 18,68 bilhões de litros do hidratado (vendido nas bombas). Isso significa, respectivamente, uma redução de 9,30% e um aumento de 12,41%. No total, serão 27,80 bilhões de litros, ou 4,22% a mais que os 26,68 bilhões de litros da temporada passada.



“A maior parte das usinas brasileiras são do tipo mista, capazes de produzir tanto álcool quanto açúcar, o que permite ao setor optar pela produção de um ou de outro”, explica o superintendente de Informações do Agronegócio da Conab, Airton Camargo. Segundo ele, o bom preço no mercado internacional tem levado as indústrias a decidirem pela fabricação do alimento.

Regiões - Outra peculiaridade desta safra em relação à anterior é o aumento da produção fora da região Sudeste, onde está concentrada a maior parte da cultura. No Centro-Oeste o crescimento será de 33% (atingindo 88,44 milhões toneladas) e, no Sul, de 21,30% (totalizando 53,77 milhões toneladas). Também no Norte, a colheita crescerá 5,90%, chegando a 1,55 milhão toneladas. Apesar desta evolução, o Sudeste continua na liderança. De cada 10 toneladas de cana colhidas no País, cerca de sete sairão desta região, sendo seis só do estado de São Paulo. A safra paulista será de 423,35 milhões toneladas, um crescimento de 7,20%.

O Nordeste é a única região contrária a essa tendência, com produção 3,90% menor, o que deverá resultar em 61,90 milhões toneladas. Para realizar a pesquisa, a Conab enviou a campo 50 técnicos. Eles entrevistaram, entre os dias 2 e 15 de agosto, representantes de 389 usinas de todos os estados. (*Willians Fausto, Conab*)

Confira os dados do [levantamento o segundo levantamento de cana-de-açúcar](#)

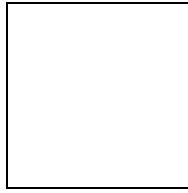
O que o petróleo do Pré Sal tem a ver com você – Carta Maior – 27/09/2009

O Brasil pode fazer um novo fundo igual à soma do FAT e do FGTS, mais 20 trens-bala, mais uma Harvard tropical, mais corrigir e manter aposentadorias do INSS, e mesmo assim isso somaria apenas 14% de uma projeção rasteira dos recursos do pré-sal. Isso totalizaria, por alto, 730 bilhões de dólares. Saiba por que tanta gente quer por a mão nessa riqueza e por que há tanta agitação, no Congresso Nacional, sobre esse assunto. O artigo é de Castagna Maia.

Castagna Maia

I. Abaixo do fundo do mar, a cerca de 2 km de profundidade, há uma camada chamada “pós-sal”; abaixo dela, há a chamada “camada de sal”; e abaixo dessa camada há a “camada pré-sal”. Ou seja, há o mar, com cerca de 2 km de profundidade; e após isso, cerca de 5 km abaixo, há a camada pré-sal. A Petrobrás encontrou, há cerca de dois anos, reservas gigantescas de petróleo nessa camada pré-sal.

II. Há uma possibilidade de o pré-sal ter 300 bilhões de barris de petróleo. Façamos uma conta por UM TERÇO disso, 100 bilhões de barris. O custo de produção, hoje, no mundo, é



de cerca de 8 dólares por barril. Como a tecnologia necessária para explorar o pré-sal é maior, façamos a conta a 20 dólares o barril para extração. Com a cotação do barril a 70 dólares, hoje, é possível ter um “lucro” de 50 dólares sobre o barril.

Se multiplicarmos esses 50 dólares de “lucro” por 100 bilhões de barris, teremos 5 trilhões de dólares. Essa é a riqueza já pesquisada e descoberta pela Petrobrás, calculada pela hipótese mais pessimista possível.

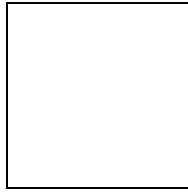
III. É uma riqueza realizável no tempo, durante, por exemplo, 20 anos, e levaremos 6 ou 7 anos para atingir uma boa produção. Divididos esses 5 trilhões de dólares por 20 anos, dá 250 bilhões de dólares ao ano. O que são 5 trilhões de dólares? O que dá para fazer com isso?

O orçamento do trem-bala Rio-São Paulo é de 15 bilhões de dólares. Com 300 bilhões de dólares podemos fazer 20 trens-bala, ligando de Porto Alegre a Belém, passando por São Luís, Teresina, Fortaleza, Maceió, Aracaju, Cuiabá, Campo Grande e por aí afora. Isso permitiria o transporte barato de pessoas e da produção, integrar regiões a um preço baixo, economizar na manutenção de estradas e ter um transporte mais seguro, mais confortável e mais limpo. Imagine o que seria isso na integração econômica do Brasil. Esses 300 bilhões de dólares seriam 6% da riqueza do pré-sal, na pior hipótese que é de “apenas” 100 bilhões de barris.

O orçamento anual da Universidade de Harvard é de 3 bilhões de dólares. Com 60 bilhões de dólares podemos sustentar uma universidade do mesmo nível de Harvard durante 20 anos. Podemos colocar na nossa Harvard Tropical os 5 primeiros colocados nas melhores universidades do País, sem que paguem nada. Fariam graduação, mestrado, doutorado. E voltariam para suas universidades para disseminar o conhecimento. Ali está o futuro da tecnologia brasileira. Nossa conta já foi, aqui, a 360 bilhões de dólares.

IV. O INSS paga anualmente o equivalente a 90 bilhões de dólares em benefícios. Com o equivalente a mais de dois anos de pagamento de benefícios, 180 bilhões de dólares, é possível CORRIGIR E MANTER as aposentadorias do INSS. É possível resgatar os valores das aposentadorias e pensões, e resgatar a dignidade dos aposentados. Somando 20 trens-bala, a “Harvard Tropical”, o resgate dos aposentados e pensionistas, teríamos 560 bilhões de dólares. Os três projetos que mencionamos até agora envolveriam a APENAS ONZE POR CENTO DA RIQUEZA DO PRÉ-SAL calculada por baixo.

Praticamente todo o financiamento brasileiro da indústria, habitação, saneamento, renovação do parque industrial, incorporação de novas tecnologias é feito com recursos do FAT, via BNDES. O FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, que também paga o seguro-desemprego, tem um patrimônio próximo a 80 bilhões de dólares. O FGTS acumulou, até



hoje, cerca de 90 bilhões de dólares. Esses dois fundos totalizam, portanto, 170 bilhões de dólares.

V. O Brasil pode fazer um novo fundo igual À SOMA DO FAT E DO FGTS, mais os 20 trens-bala, mais nossa Harvard tropical, mais corrigir e manter aposentadorias do INSS, e mesmo assim isso somaria APENAS 14% de uma projeção rasteira dos recursos do pré-sal. Isso totalizaria, por alto, 730 bilhões de dólares.

VI. O orçamento federal da Educação é de 17 bilhões de reais, ou 9 bilhões de dólares. Esses recursos podem ser TRIPLICADOS: os 9 existentes mais 18 bilhões de dólares. Com esse acréscimo de 18 bilhões de dólares ao orçamento já existente, em 20 anos seriam gastos 360 bilhões de dólares. Isso permitiria, finalmente, a ESCOLA PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL, com alimentação, médico, dentista, biblioteca, computadores, atletismo, esporte, cultura. A conta, aqui, chegou a 1,09 trilhão de dólares.

VII. O orçamento da saúde, que sustenta o SUS, é de 43 bilhões de reais, ou 22 bilhões de dólares. Se DUPLICARMOS o orçamento do SUS, teremos que adicionar mais 22 bilhões ao ano, ou 440 bilhões de dólares em 20 anos. Isso é 8% do total do petróleo da camada pré-sal segundo a conta mais pessimista. Aqui, a conta sobe para 1,530 trilhão de dólares, ou 28% do total do pré-sal.

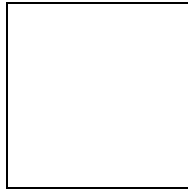
VIII. Para fins meramente comparativos, veja: a dívida interna brasileira está em 1 trilhão de reais, ou 500 bilhões de dólares. Somado isso aos projetos anteriores, seriam gastos 2,03 trilhões de dólares. E estamos falando na conta mais pessimista, de 5 trilhões de dólares de reservas.

Mas veja as premissas:

a. Falamos do preço do barril a 70 dólares, hoje, e deve subir, novamente, a 100 dólares o barril.

b. Calculamos sobre reservas de 100 bilhões de barris, mas podem chegar a 300 bilhões de barris.

c. Falamos de um custo de extração quase 3 vezes maior do que o atual: atualmente, 8 dólares o barril. Aqui, apontamos 20 dólares porque se trata do pré-sal, onde a dificuldade é maior. 70 dólares o barril menos 20 de custo de extração dá 50 dólares de lucro líquido por barril. Multiplicando por 100 bilhões de barris, dá 5 trilhões de dólares. Se o custo de extração for maior, de 30 dólares o barril, o total de “lucro líquido” chega a 4 trilhões de dólares.



O valor do pré-sal foi calculado, aqui, prevendo algo muito menor do que as expectativas técnicas.

IX. Quanto aos projetos, temos, em dólares:

1. 300 bilhões para 20 trens-bala interligando de Porto Alegre a Belém, o que baratearia a locomoção de pessoas e o transporte de mercadorias e integraria definitivamente o Brasil.

2. 60 bilhões de dólares para construir e manter, durante 20 anos, uma universidade no padrão Harvard, que abrigaria os melhores alunos das nossas universidades, gratuitamente, e daria continuidade à nossa busca por tecnologia própria.

3. 200 bilhões de dólares para corrigir e manter as aposentadorias do INSS, igual a mais de dois anos do total de benefícios atuais.

4. 170 bilhões de dólares para fazer um novo fundo de desenvolvimento, igual à soma do FAT e do FGTS.

5. 360 bilhões de dólares que triplicam o orçamento federal da Educação nos próximos 20 anos, e que permitiriam escola de tempo integral para todos, com alimentação, saúde, atletismo, esporte, informática.

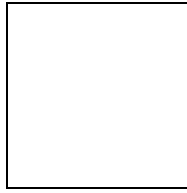
6. 440 bilhões de reais para DOBRAR o orçamento federal em saúde durante 20 anos.

7. 500 bilhões de dólares como mero comparativo do que seria necessário para liquidar a dívida interna brasileira.

Isso tudo dá um total de 2,03 trilhões de dólares, ou 40% do que temos no pré-sal de acordo com os cálculos absolutamente pessimistas que fizemos.

Só que o pré-sal pode ter 300 bilhões de barris; o petróleo pode ir rapidamente a 100 dólares, e o custo de extração permaneceria em 20 dólares, o que daria um “lucro líquido” de 80 dólares o barril. Nessa hipótese, teríamos 300 bilhões de barris multiplicados por 80 dólares de “lucro líquido”, o que daria 24 trilhões de dólares. Essa é a hipótese otimista.

X. E o que o Brasil precisa para “ganhar” 5 trilhões de dólares, ou seja, o “lucro” do pré-sal após extraído? Só precisamos extrair, com a tecnologia já detida pela Petrobras. A Constituição Federal já disse que o petróleo pertence à União, pertence ao povo brasileiro. Uma parte já foi vendida – por causa da terrível “flexibilização do monopólio do petróleo”, por meio dos absurdos leilões de bacias petrolíferas. Mas há, no mínimo, 5 TRILHÕES de dólares líquidos esperando pelo Brasil.



É claro que a conta pode ser feita com outros destinatários: as grandes petrolíferas multinacionais fazem essa conta tendo em vista o seu lucro; alguns, tendo em vista financiamentos de campanhas políticas; outros, o enriquecimento pessoal. Aqui fizemos uma conta levando em consideração os interesses do BRASIL E DO SEU POVO. Apontamos projetos que podem mudar radicalmente o Brasil, que nos colocam no grupo dos países desenvolvidos. Ou se pensa no Brasil e no seu povo, ou se pensa em como apropriar essas riquezas para poucos grupos internacionais, para financiar campanhas políticas, para o enriquecimento de alguns.

XI. O petróleo do pré-sal interessa diretamente a você. Se você é trabalhador, porque haverá geração de mais empregos e conseqüente aumento de salários. Só o convênio PROMINP – Petrobrás Indústria garante, desde já, 250.000 empregos diretos e 500.000 empregos indiretos. Isso de imediato. Se você é aposentado, porque uma pequena parte desses recursos já garantiria a correção e manutenção das aposentadorias, além da viabilidade permanente da previdência social e a significativa melhora da saúde pública. Se você é empresário, porque é possível constituir um fundo igual à SOMA do FAT e do FGTS para financiar investimentos, ganhos tecnológicos, ampliações, consumo, distribuição, transporte, habitação, exportação, além de baratear o transporte dos produtos.

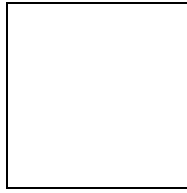
XII. É preciso garantir o nosso próprio abastecimento, em primeiro lugar, durante todo esse período, até que possamos ultrapassar nossa dependência do petróleo e criar nova matriz energética. Garantido nosso abastecimento, é preciso reverter essa riqueza para o povo brasileiro. Essa riqueza é sua, dos seus filhos, dos seus netos, é o legado que uma geração deixará para as gerações seguintes: a de um futuro promissor, farto, humano, fraterno, do Brasil e do seu povo. É o nosso ingresso no grupo dos países desenvolvidos.

Agropauta: Zoneamento da cana será lançado pelo presidente Lula – Sítio Eletrônico do MAPA -16/09/2009

Brasília (16.9.2009) - O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança o Zoneamento Agroecológico Nacional da Cana-de-açúcar (ZaeCana), nesta quinta-feira (17), às 11h30, na sede da Embrapa, em Brasília.

O ZaeCana vai orientar a expansão do cultivo da cana para a produção de etanol e açúcar, por meio de Projeto de Lei, que será encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional.

Após a solenidade, está prevista uma coletiva de imprensa, com presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Meio



Ambiente, Carlos Minc. O credenciamento de jornalistas será feito pela Presidência da República, pelo telefone (61) 3411-1269 ou pelo e-mail: credenciais@planalto.gov.br

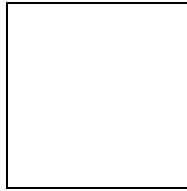
Preservação do meio ambiente é prioridade na produção de etanol no Brasil – Sítio Eletrônico da CNA – 17/09/2009

Brasília (17.9.2009) - Em uma iniciativa inédita, o Brasil vai orientar a expansão do cultivo da cana para a produção de etanol e açúcar, por meio de Projeto de Lei que será encaminhado hoje (17) ao Congresso Nacional, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta do governo federal proíbe a construção de novas usinas e a expansão da produção da cana-de-açúcar em qualquer área de vegetação nativa, Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, que somadas às Unidades de Conservação e às terras indígenas, representam 81,5% do território nacional. Essas áreas proibitivas somadas àquelas não indicadas ao plantio da cana-de-açúcar alcançam 92,5% do território brasileiro.

As novas regras de expansão da agroindústria canavieira serão estabelecidas pelo Zoneamento Agroecológico Nacional da Cana-de-açúcar (ZaeCana), um trabalho pioneiro que orientará a formulação de políticas públicas para o setor sucroenergético. O ZaeCana inovou ao adotar critérios econômicos e sociais que contribuem para um modelo sustentável de expansão dessa agroindústria no Brasil. O estudo não se limitou a definir as regiões onde a produção é economicamente viável, como faz o zoneamento agrícola de outras culturas, que considera as condições de clima e solo. Nenhuma outra cultura agrícola brasileira conta hoje com um estudo desse porte.

O Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional é fundamentado em diretrizes que visam à proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade e utilização racional dos recursos naturais. São exemplos desses novos critérios: opção por áreas que não necessitam de irrigação plena e que economizam recursos como água e energia; adoção de áreas com declividade igual ou inferior a 12%, que permitem a mecanização e eliminam a prática de queimadas nas áreas de expansão; estímulo à utilização de áreas degradadas ou de pastagens para implantação de novos projetos.

De acordo com as vedações previstas no ZaeCana, estarão aptos ao plantio dessa cultura 64 milhões de hectares. A expansão da cana-de-açúcar, considerando os novos critérios, poderá ocorrer em 7,5% do território nacional. Hoje, a área cultivada de cana-de-açúcar ocupa área de 8,89 milhões de hectares (safra/2008), o que representa menos de 1% do território nacional.



O ZaeCana tornará a produção de etanol ainda mais eficiente, melhorando o comprovado benefício ambiental da utilização do biocombustível produzido a partir da cana-de-açúcar. Segundo a Agência Internacional de Energia, o etanol de cana é capaz de reduzir em até 90% a emissão de gases de efeito estufa quando comparado à gasolina. Cálculos do Ministério das Minas e Energia apontam que a utilização de etanol nos últimos 30 anos no Brasil evitou a emissão de 850 milhões de toneladas de CO₂.

Com o ZaeCana e as políticas a ele associadas, o governo federal antecipa medidas concretas que serão apresentadas na 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP-15) que será realizada em dezembro deste ano, em Copenhague, Dinamarca

Medida Complementar/Queimadas – Toda a produção atual deverá se adequar até 2017, garantindo o fim das queimadas em suas áreas. Essa iniciativa irá permitir a redução de gases de efeito estufa em uma medida equivalente à emissão de 6 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em relação ao ano de 2008, comparando com a quantidade emitida de gases de efeito estufa pela frota de veículos leves movidos a gasolina. A quantidade de CO₂ que se evita com a ausência da queima da palhada na pré-colheita da cana-de-açúcar, equivale a aproximadamente a 2.220.000 veículos leves, de um total de 15 milhões de veículos a gasolina presentes na frota de 2008.

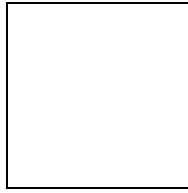
Concessão de crédito - Além do Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina um decreto que institui o ZaeCana e orienta o Conselho Monetário Nacional a estabelecer novas condições, critérios e vedações para o crédito rural e agroindustrial.

Contag apoia zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar – sítio eletrônico da contag - 17/09/2009

O presidente da Contag, Alberto Broch, participou na manhã desta quinta-feira (17), em Brasília, do lançamento da proposta de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. O projeto proíbe a construção de novas usinas e a expansão do plantio na Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. Também não será permitido o desmatamento de áreas de vegetação nativa para a cultura de cana-de-açúcar.

Com o projeto, o plantio da cana-de-açúcar fica proibido em 92,5% do país. Atualmente a produção de cana ocupa 8,89 milhões de hectares, menos de 1% do território nacional. A intenção do governo é aumentar a produção em 86% até 2017.

Para Alberto Broch, a definição de limites para a plantação de cana-de-açúcar contribuirá para a preservação do meio ambiente e da política de soberania alimentar do



país. "Esse é o primeiro passo para o país construir marcos regulatórios no setor sucroalcooleiro. A partir de agora o agronegócio terá que se enquadrar às normas legais".

A pretensão do governo é permitir o plantio apenas em áreas onde não seja necessária irrigação e que possa haver mecanização. Por isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um projeto que define novas regras para o crédito rural e agroindustrial.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Carro a álcool polui tanto quanto o que usa gasolina – Estado de São Paulo – Capa – 16/09/2009

Medição feita pelas montadoras sobre emissão de gases da frota de 2008 mostra que carros movidos a álcool poluem tanto quanto os modelos a gasolina.

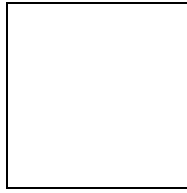
Os dados foram reunidos na Nota Verde, do Ministério do Meio Ambiente. O relatório indica ainda que motores mais potentes poluem menos. A tabela com a avaliação de todos os veículos monitorados foi colocada no site do Ibama, contrariando as montadoras.

Álcool polui tanto quanto gasolina - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & – 16/09/2009

Dados divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente mostram que o álcool combustível pode poluir tanto quanto a gasolina. É que os motores com menor potência chegam a poluir mais do que os equipamentos com maior capacidade. O cálculo foi feito com base na Nota Verde, que informa, para veículos fabricados em 2008, as medições da emissão de três gases poluentes – o monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos e óxido de nitrogênio.

Em relação ao CO₂, um dos principais causadores do efeito estufa, o álcool, por ser renovável, tem suas emissões neutralizadas pela absorção de gases feita pelas folhas da cana-de-açúcar no cultivo da planta.

No ranking de 258 provas sobre poluição e emissão de gases que as empresas submetem aos veículos, as melhores notas (que variam de 0 a 10) foram dadas aos carros que usavam gasolina no momento dos testes. O campeão foi o Ford Focus 2008, motor 2,0 DOHC I-4 SFI, o que jogou por terra o mito de que veículos com motores menos potentes poluem menos. Pelo contrário. Do primeiro ao sétimo lugar entre os menos poluidores, prevaleceram os motores mais potentes, de 1,4 cilindrada a 3,5. De acordo com Márcio Veloso, analista ambiental do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores do Ibama, os motores de menor cilindrada poluem



mais porque exigem mais força – e conseqüentemente maior consumo de combustível – para fazer o carro se movimentar.

O álcool, por queimar mais rápido que a gasolina, libera mais gases.

Coube a um Fiat Uno com motor de mil cilindradas o oitavo lugar entre os menos poluentes. Por coincidência, na hora do teste, a montadora usava o álcool como combustível. Quanto à emissão de CO₂, um Fiat de mil cilindradas, de oito válvulas, e motor L5, com gasolina, obteve a nota 10, o que representa zero liberação de gases. O segundo lugar na emissão de CO₂ coube também a um Fiat, mas modelo Uno Way, motor 1,0, gasolina.

Ele obteve nota 9,9. A tabela com todas as notas para os veículos fabricados em 2008 pode ser acessada na página do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – www.ibama.gov.br –, no link Nota verde. Lá, pode-se verificar se o carro é pouco ou mais poluente e se emite mais ou menos gases que contribuem para o aquecimento global. É possível também saber detalhes sobre os poluentes emitidos.

Da poluição veicular, 99% resultam da liberação de monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxido de nitrogênio.

“Achamos que divulgar os dados poderia levar proprietários a observar quais os veículos que poluem ou emitem mais ou menos gases”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

REPERCUSSÃO

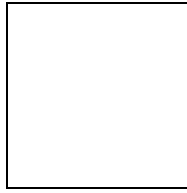
O coordenador do Laboratório de Poluição da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Saldiva, considera uma ótima notícia a divulgação das informações. “Mostra que, neste caso, o governo foi mais forte que as montadoras.”

Ele pondera que, com o tempo, os consumidores adotarão um costume já estabelecido na Europa e na América do Norte: levarem conta o impacto ambiental ao adquirir um automóvel.

Apesar dos benefícios da iniciativa, especialistas fazem ressalvas. “Por uma questão de saúde pública, o governo deveria pensar em investir na tecnologia de veículos que não poluem, incentivando o transporte limpo”, diz João Talocchi, coordenador da campanha de clima do Greenpeace Brasil.

Além disso, pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) aponta que, de 11 montadoras instaladas no País, nenhuma delas publica na internet os níveis de emissão de gases poluentes e de efeito estufa dos veículos que produz.

‘Farra’ do pré-sal ofusca pioneirismo nobio combustível - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/09/2009



Concluída a definição do marco regulatório do pré-sal, o governo deve concentrar atenções na definição de uma política energética para balancear o uso dos combustíveis e sua inserção no mercado global de combustíveis.

A opinião é de especialistas consultados pelo **Estado**, para quem a nova riqueza pode ajudar a difundir o etanol de cana-de-açúcar no mercado externo.

Caso contrário, há risco de retrocesso no esforço feito nos últimos anos pela divulgação dos biocombustíveis, querendo o País imagem de pioneirismo no segmento.

“O posicionamento recente de querer se tornar grande exportador de petróleo contradiz com o anterior, de se apresentar como alternativa nos biocombustíveis”, diz a economista Annette Hester, diretora do Centro de Pesquisas sobre América Latina da Universidade de Calgary, no Canadá. Tal situação já vem gerando protestos no mundo, mais notadamente entre organizações ambientalistas.

“O Brasil, sempre orgulhoso do esforço para desenvolver energias renováveis e desmamar do óleo, vive um caso grave de febre do combustível fóssil”, escreveu, no final de agosto, a agência Associated Press. Uma semana depois, um grupo de ativistas do Greenpeace invadiu a

cerimônia de lançamento do novo marco regulatório do pré-sal com faixas questionando a produção das reservas.

“Há grande risco de irmos na contramão de tudo o que está acontecendo no mundo”, concorda o consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

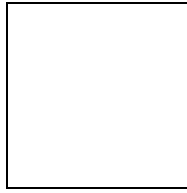
A alternativa, diz, é o estabelecimento de uma política energética que preserve, em primeiro lugar, o mercado interno para o etanol. Na sua opinião, notícias recentes sobre o uso de diesel em veículos leves, por exemplo, já sinalizam a tentação de ampliar o peso do petróleo na matriz energética.

“O populismo tarifário já existe e a tentação vai ser maior quando formos grandes produtores de petróleo”, completa o especialista. As novas refinarias projetadas pela Petrobrás devem garantir a autossuficiência na produção de diesel, cuja dependência motivou a proibição para uso em veículos de passeio.

“A alternativa é decidir quais serão os usos e o papel de cada fonte.” Para Annette, o Brasil pode tirar proveito do pré-sal na busca por mercados para o etanol: “Os biocombustíveis são um complemento dos hidrocarbonetos neste mundo de combustíveis líquidos.”

Segundo esse raciocínio, o derivado da cana-de-açúcar pode ser vendido junto aos derivados de petróleo que o Brasil pretende exportar a partir da produção do pré-sal.

O assunto ainda não foi discutido no governo, diz o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. Ele admite, porém, que o governo terá, com o pré-sal, maior poder de negociação junto às nações consumidoras de petróleo. “É um fato que a transferência para a União de uma quantidade de petróleo nesses novos contratos de partilha dá ao País um grande poder de barganha em algumas questões internacionais, como essa do etanol”, afirma.



Para especialistas, o alvos são os Estados Unidos, hoje nas mãos de produtores de petróleo instáveis ou em fase de declínio – como a Arábia Saudita, a Venezuela e o México – e, ao mesmo tempo, em busca de redução das emissões de gases de efeito estufa. Apontado como maior solução, porém, o etanol brasileiro enfrenta enormes barreiras tarifárias.

“Se os produtores de etanol forem espertos, vão se juntar à Petrobrás para mostrar ao mundo uma alternativa sustentável de combustível para matriz de transporte”, sugere Annette.

Ela lembra que a Califórnia, por exemplo, está implementando um intenso programa de redução da intensidade de carbono nos combustíveis e desponta como grande mercado para o etanol brasileiro.

Pré-sal e desenvolvimento Sustentável – José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/09/2009

Há 35 anos os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) cortaram radicalmente a sua produção e lançaram o mundo ocidental – inclusive o Brasil – na pior crise de energia do século 20. Não havia, na época, uma compreensão clara das conseqüências ambientais do aumento do consumo de combustíveis fósseis e das emissões resultantes, que são responsáveis pelo aquecimento da atmosfera.

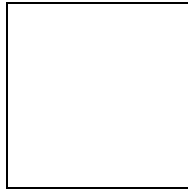
Consumir mais era um sinônimo de progresso econômico e riqueza.

O Brasil, na ocasião, importava quase todo o petróleo que consumia e gastava, antes da crise, cerca de US\$ 500 milhões por ano. Após a crise, a “conta petróleo” subiu para mais de US\$ 4 bilhões, cerca da metade de todas as exportações do País. Demorou mais de 20 anos e um trabalho intenso da Petrobrás para descobrir e explorar petróleo na plataforma continental e nos levar à autossuficiência. Ainda assim, as reservas avaliadas até agora não devem durar mais de 15 anos.

Com a redução da produção dos países da Opep, os países industrializados fizeram grandes esforços para reduzir o consumo e desenvolver fontes adicionais de petróleo e energia. A produção de petróleo a partir do xisto betuminoso no Canadá é um exemplo desses esforços, apesar de este ser um processo caro e complicado. A produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil é outro exemplo.

Se o pré-sal tivesse sido descoberto em 1975, com suas enormes reservas estimadas, a história da energia no mundo talvez tivesse sido diferente. O País seria visto como uma salvação do mundo ocidental, que viria todo investir aqui e nos ajudaria a colocar petróleo do pré-sal nas refinarias.

Quando a crise criada pela Opep passou e o petróleo passou de novo a ser abundante e relativamente barato, a febre do consumismo voltou com força total, os projetos de xisto no Canadá e muitos outros foram abandonados. Talvez a única exceção tenha sido o apoio constante que o governo brasileiro continuou a dar à produção de álcool da cana-de-açúcar, o que é, de fato, extraordinário e louvável.



Hoje a situação é diferente, por duas razões: Em primeiro lugar, porque sabemos muito bem que é preciso reduzir as emissões de gases que resultam da queima do petróleo. Estão em curso negociações internacionais – que vão culminar com a conferência internacional em Copenhague, em dezembro – que poderão estabelecer limites severos ao uso de combustíveis fósseis.

Eles foram os responsáveis pelo progresso da humanidade no passado, mas o futuro hoje não é visto como mais petróleo, mais gás e mais carvão, e sim energias renováveis.

Em segundo lugar, porque as reservas internacionais de petróleo e gás estão em processo de exaustão e sua vida remanescente estimada não é maior do que 40 ou 50 anos. Por essas razões, uma euforia exagerada em relação à descoberta de mais petróleo tem de ser evitada, a fim de não levar o País a abandonar recursos e tecnologias que sejam sustentáveis a longo prazo e que não se vão exaurir como o petróleo ou gás.

Vários países do Oriente Médio, os maiores produtores mundiais de petróleo – e que possuem as maiores reservas provadas –, já se deram conta disso e estão diversificando suas fontes de receita, como é o caso de Abu Dabi, Dubai e outros, que são não apenas locais para turismo, mas também grandes centros comerciais e de desenvolvimento tecnológico. Dependência do petróleo simplesmente não é o caminho de um desenvolvimento sustentável.

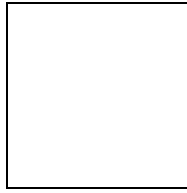
Há outros aspectos em que a situação atual é muito diferente da de três décadas atrás.

Não existe falta de petróleo e os grandes produtores do Oriente Médio têm capacidade ociosa, já que com a crise mundial o consumo caiu. Essa é uma das razões por que o preço do barril se estabilizou em torno de US\$ 60, muito abaixo dos US\$ 140 do ano passado, antes da crise. Outra razão é a especulação pura e simples. O que pode ocorrer é, simplesmente, não haver compradores para petróleo do pré-sal no futuro.

O que fazer, portanto, com o pré-sal, riqueza encontrada pela Petrobrás no fundo do oceano, a centenas de quilômetros da costa e a mais de 7 mil metros de profundidade? Sob um certo ponto de vista, essa riqueza ainda não é real: é como se fosse um diamante bruto que precisa ser lapidado.

Ou talvez, mal comparando, como o minério de urânio – do qual o Brasil tem reservas razoáveis –, que só ganha valor se for “enriquecido”, um processo caro e complicado. Altas autoridades do País frequentemente confundem as duas.

Investir agora enormes recursos do governo na exploração do pré-sal – que certamente vão fazer falta em outras áreas, como educação e saúde –, contando com grandes ganhos no futuro, é pelo menos temerário. Não é possível prever qual será a taxa de sucesso na abertura dos poços para a retirada do petróleo, já que não existe experiência prévia nessa área. Tampouco se pode prever se não surgirão problemas ambientais novos, o que pode atrasar a exploração. Sob esse prisma, uma grande batalha para dividir os royalties que o pré-sal vai gerar é, no mínimo, prematura.



O que parece razoável é investir cautelosamente na exploração e dividir o risco e os custos com outras empresas de petróleo, sobretudo nas pesquisas científica e tecnológica indispensáveis para aumentar as “chances” de sucesso dos empreendimentos.

Se fracassos ocorrerem, os custos serão divididos. Se houver sucesso, serão divididos os lucros, mas não há como ganhar sempre.

Vender ilusões emiragens pode ser uma boa tática eleitoral, mas neste caso elas poderão custar muito. Enquanto isso, investir mais nas tecnologias do futuro (energia solar, dos ventos, biomassa e carros elétricos) parece um caminho mais seguro.

O inferno astral do etanol - MarcosS.Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 23/09/2009

Poucos setores despertam tanta atenção da mídia nacional e internacional quanto a indústria brasileira de cana-de-açúcar.

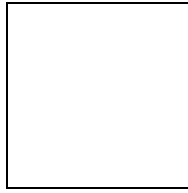
Só em 2008 recebemos 162 delegações de mais de 60 países, que queriam conhecer melhor nossa experiência com o etanol e a bioeletricidade. Atendemos cerca de 30 pedidos de jornalistas por dia, com mais de uma dezena de profissionais dedicados à tarefa de fornecer dados e esclarecer. Ainda assim, não faltam exemplos de exageros, falta de contexto, visões unilaterais e desinformação em matérias sobre o setor.

Parte disso decorre da imensa carga emocional que cerca esta indústria, a dificuldade de separar o velho e o novo, o peso da história dos velhos engenhos ante o novo paradigma das energias renováveis, que encontram na cana a sua aplicação mais completa. Basta ver que a indústria da cana já é a segunda fonte de energia do País (17% da matriz), atrás do petróleo (37%) e acima da hidreletricidade (13%).

Talvez devêssemos interagir de forma ainda mais proativa, ampliando a nossa estrutura de comunicação no País e no exterior. A verdade é que as mudanças do setor são profundas e vão muito além da comunicação.

Na área ambiental, assinamos um protocolo com o governo paulista que antecipa voluntariamente o fim das queimas da cana até meados da próxima década. Criamos a Aliança Brasileira pelo Clima com 15 entidades e propusemos políticas proativas dentro do País e nas negociações globais do clima, além de um programa educacional sobre esse tema que atingirá mais de 2 milhões de alunos em oito Estados. Na área trabalhista, assinamos com trabalhadores e o governo federal o primeiro compromisso nacional de reconhecimento das melhores práticas laborais e lançamos o maior programa de requalificação de cortadores de cana do mundo, para minorar o impacto da mecanização.

Ainda assim, nota-se uma falta de entendimento ou verificação de informações, que pode ser sinal de inexperiência ou falta de exposição ao tema. A ausência de um melhor entrosamento entre órgãos formuladores de políticas públicas, acirrado por doses de sensacionalismo midiático, também contribui para que temas complexos sejam abordados



de forma incompleta ou simplista. Questionamentos essenciais acabam não sendo feitos. Nas últimas duas semanas, vivemos uma seqüência de momentos preocupantes, em que a vítima mais constante foi a qualidade da informação.

Cronologicamente:

- No dia 10 o Ministério do Meio Ambiente divulgou o Plano de Ação para Controle do Desmatamento no Cerrado, que afirma que a cana seria um dos principais vetores de desmatamento desse bioma. Ora, dados do Inpe mostram claramente que 98% da expansão da cana ocorre sem desmatamento algum, em áreas já antropizadas, agrícolas e pecuárias.

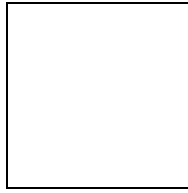
- No dia 17 o governo lançou o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, que eliminará qualquer avanço da cultura à custa de desmatamento. Sempre apoiamos essa drástica medida, por acreditarmos que o etanol não pode ter a sua imagem vinculada ao desmatamento.

Porém o projeto traz restrições de crescimento da cana até mesmo em áreas agrícolas e pastoris estabelecidas, o que nos parece um exagero.

- No dia 20, em matéria de capa, a revista *Veja* aponta o açúcar como o principal vilão da epidemia global de obesidade. O problema está no produto açúcar ou no consumo exagerado de carboidratos em geral e no sedentarismo da sociedade moderna? Nunca se venderam tantos produtos *diet* e *light* e ao mesmo tempo nunca se viram tantos obesos no mundo. De quem é a culpa?

- O pior momento dessa série veio com a divulgação, pelo Ministério do Meio Ambiente, de uma *Nota Verde* que pretendeu classificar veículos segundo a emissão de alguns poluentes. No mundo inteiro se busca hoje o chamado “combustível de baixo carbono”, que reduz as emissões de gases de efeito estufa. O Brasil conta com esse produto há 34 anos, seja na mistura obrigatória de 25% de etanol na gasolina, seja na existência de uma frota *flex* que já responde por 90% dos veículos novos e encontra ampla oferta de etanol puro e barato para abastecimento em todo o País. Mas quando finalmente sai o primeiro ranking de carros supostamente verdes do País, o índice surpreendentemente ignora as emissões de carbono. Há vários exemplos de “notas verdes” internacionais que combinam três elementos fundamentais: poluição no escapamento, emissões de gases de efeito estufa e consumo. A combinação desses elementos certamente indicará a supremacia dos combustíveis renováveis sobre os fósseis. Se o ranking da *Nota Verde* não for revisado, estaremos comprometendo não só as exportações da tecnologia *flex*, mas a própria história e a credibilidade dos nossos programas de biocombustíveis.

Os mais pessimistas querem crer que parte dos fatos acima indicaria um movimento organizado contra o sucesso do etanol. Prefiro crer apenas numa série de divulgações precipitadas de dados ambientais, combinada com a falta de entendimento do que o setor é hoje. Para fechar essa série, das piores que já experimentamos, a manchete do **Estado** de domingo afirma que estaríamos procurando “proteção” governamental para enfrentar a concorrência do pré-sal. Isso até poderá virar verdade quando essas novas jazidas se tornarem realidade, ainda que esperemos que o País não faça a estupidez de jogar fora a sua



experiência única de energia renovável, admirada em todo o mundo. Mas, sinceramente, os fatos mostram que nos devemos preocupar mais com os próximos meses do que com o final da próxima década. Aprofundar ainda mais os esforços de sustentabilidade da cadeia sucroenergética, continuar apoiando políticas públicas coerentes e corrigir a imensa desinformação ainda vigente parecem ser ações bem mais importantes e imediatas do que os riscos do pré-sal.

O pré-sal e o etanol- Adriano Pires e Rafael Schechtman – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24/09/2009

Ao longo dos anos, o setor de energia no Brasil tem sido vítima de uma política de planejamento de curto prazo. No primeiro choque do petróleo o governo lançou o programa nuclear, a “dieselização” da frota de veículos pesados por meio do subsídio tributário do diesel, o programa de óleos vegetais, o programa de carvão vegetal e a primeira fase do Proálcool, com a obrigatoriedade de misturar álcool anidro à gasolina.

Tudo isso para diminuir o consumo de petróleo, já que na época o problema do País era o déficit na balança comercial.

Já no segundo choque, em 1979, as políticas de substituição foram aprofundadas com o lançamento do álcool hidratado para substituir a gasolina e o programa de eletrotermia, que visava a substituir o consumo de óleo combustível no setor industrial por eletricidade.

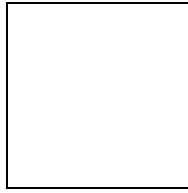
De todos esses programas, o mais inovador foi o Proálcool.

Durante a década de 1980, mais de 90% dos carros novos vendidos no Brasil eram a álcool.

A partir de 1986, com a queda do preço do petróleo, no fenômeno conhecido como o contrachoque do petróleo, o álcool hidratado perdeu mercado para a gasolina e quase desapareceu. Bastou o preço do barril despencar para que os programas de substituição de petróleo sumissem do planejamento energético brasileiro, à exceção do programa de “dieselização”.

Com a chegada ao mercado dos carros flexfuel e o aumento do preço do petróleo, o álcool, agora chamado de etanol, ressurgiu com toda a força como substituto da gasolina. Os veículos flexfuel já representam 94% das vendas de carros novos. E a receita do sucesso é simples: com a nova tecnologia o consumidor é que dá as cartas, escolhendo o combustível que lhe for mais vantajoso. O crescimento das vendas de etanol tem sido tão forte que já se afirma que a gasolina é que será o combustível alternativo ao etanol.

O crescimento do consumo do etanol e o uso do bagaço de cana na geração de energia elétrica conduziram o Brasil a aumentar, ainda mais, a participação das fontes renováveis em sua matriz energética. Isso até serviu para o governo brasileiro propagandear aos quatro cantos do mundo que o País representava a vanguarda no uso de fontes



renováveis de energia. E parecia que era mesmo verdade. Mas eis que no final de 2007 surgiu o anúncio da descoberta de petróleo na camada pré-sal e o governo mudou o seu discurso. Existe a possibilidade de o pré-sal mudar o rumo da matriz energética brasileira? Parece que sim.

Não há dúvida que as descobertas de petróleo na camada pré-sal são notícia alvissareira, mas podem levar a um retrocesso na matriz energética nacional. O anúncio da construção de seis refinarias pela Petrobrás para processar o petróleo produzido ameaça o etanol e as demais fontes renováveis, pois a promessa do governo de que os derivados produzidos serão exportados pode não ser cumprida. O mercado mundial de derivados apresenta sazonalidades no consumo e volatilidade de preços e há sempre o risco de essas refinarias passarem por momentos de ociosidade.

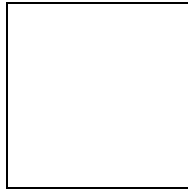
Nessa situação, pode ser mais interessante para a estatal inundar o mercado interno com derivados a preços artificialmente baixos, trazendo enormes prejuízos aos investidores em etanol. Essa ameaça se torna ainda mais concreta se houver políticas governamentais populistas de subsídios aos derivados, o que não é raro no Brasil.

Um primeiro sinal de que essa ameaça não é uma paranóia de ambientalista é a possibilidade de o governo autorizar a utilização de diesel em veículos leves. Já tramita no Senado projeto de lei que trata da matéria e, recentemente, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, declarou haver um grupo no Ministério estudando o assunto.

E onde há fumaça, termo perfeito em se tratando de diesel, há fogo. A proposta é descabida, por diversas razões. A primeira reside no fato de o País importar diesel e a sua autossuficiência plena estar prevista somente para a partir de 2015. A segunda razão é que o diesel tem subsídio tributário, ou seja, sofre tributação de 23%, inferior aos 44% da gasolina automotiva. A terceira razão é ambiental e está diretamente relacionada à qualidade do diesel e dos motores que o utilizam no Brasil. O teor de enxofre do diesel brasileiro é 180 vezes maior que o do produto utilizado nos países desenvolvidos, o que impede até mesmo o uso de filtros e catalisadores eficientes nos veículos. Isso significa maior emissão de poluentes: mais partículas, gás carbônico, óxidos de enxofre e óxidos de nitrogênio do que a gasolina e o etanol. O uso do etanol evita cerca de 70% da emissão de gás carbônico do diesel.

Os defensores da medida alegam que nos países europeus o diesel é mais utilizado do que a gasolina. Mas lá a qualidade do diesel é comparável à da gasolina e a tecnologia dos motores utilizados faz os nossos veículos poderem ser considerados dinossauros poluentes. E se há algo pior para o meio ambiente do que um motor a diesel obsoleto, é um motor a diesel desregulado, o que é a regra, e não exceção, no Brasil. Como se não bastasse tudo isso, o carro a diesel é 20% a 30% mais caro que um veículo a gasolina ou flexfuel. Melhor seria para o País a utilização de etanol em veículos pesados ou sua adição ao diesel.

Muitos especialistas já alertam sobre o perigo de o Brasil contrair a chamada doença holandesa, com a inundação de dinheiro na economia que pode vir da produção do petróleo da camada pré-sal. Outra doença tão ou mais grave, porém, é o País retroceder e sujar sua matriz energética ao inviabilizar as fontes renováveis, como o etanol.



Faz todo o sentido e merece atenção a faixa de protesto exibida na cerimônia de lançamento dos quatro projetos de lei do pré-sal – “Pré-sal e poluição: não dá pra falar de um sem falar do outro.”

Zoneamento da cana pode alterar dinâmica de ocupação do Cerrado - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 28/09/2009

Sobrou para o Cerrado. O Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, anunciado há dez dias pelo governo federal, proíbe o plantio de canaviais em dois biomas brasileiros: Amazônia e Pantanal. Não diz nada sobre o Cerrado, que já carregava custos pesados metade do agronegócio brasileiro e agora terá de abrir espaço também para produção de biocombustíveis.

Um fardo e tanto para um bioma que já tem 52% de sua área ocupada, segundo dados inéditos da Universidade Federal de Goiás (UFG), publicados ontem pelo **Estado**.

A única região do Cerrado onde o plantio de cana foi vetado pelo zoneamento é a Bacia do Alto Paraguai – não por fazer parte do bioma, mas porque é onde nascem os rios que abastecem o Pantanal. “Minha impressão é que foi uma decisão puramente política”, diz o diretor do Programa Cerrado-Pantanal da ONG Conservação Internacional, Mario Barroso.

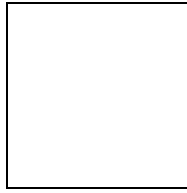
Ele aplaude a iniciativa do governo, mas cobra uma explicação técnica para as decisões. “O decreto parte do pressuposto de que na Amazônia, no Pantanal e no Alto Paraguai não pode (*plantar cana*), mas não dá justificativa para isso.” Sem esses critérios, diz, ficará difícil defender o zoneamento de críticas de produtores e governadores infelizes com a exclusão de determinadas áreas. Já os ambientalistas ficam sem argumentos técnicos para exigir a inclusão de áreas semelhantes que estão fora desses biomas.

O critério político do zoneamento fica claro na região central de Mato Grosso.

Onde é Cerrado, pode plantar cana; onde é Amazônia, não – nem mesmo onde a floresta foi desmatada há muito tempo.

Justamente no momento em que a velocidade do desmatamento no bioma parece estar arrefecendo – segundo os dados do Laboratório de Processamento de Imagem e Geoprocessamento (Lapig) da UFG, a expansão dos canaviais ameaça alterar significativamente a dinâmica de ocupação do Cerrado e de seus biomas vizinhos.

O zoneamento restringe a plantação de cana em “áreas com cobertura vegetal nativa”, mas não deixa claro se produtores com autorização legal para desmatar serão impedidos de plantar canaviais. No Cerrado, o Código Florestal permite desmatar até 80% da propriedade.



A estratégia do governo e da indústria para garantir o selo verde do etanol brasileiro é assegurar que a expansão da cana só ocorra sobre áreas já abertas, de pastagens degradadas ou subutilizadas, sem competir com a produção de alimentos nem agredir o meio ambiente.

Isso é certamente possível e desejável. A dúvida é se será colocado em prática. Segundo estudo ainda não publicado da Conservação Internacional, 60% da expansão da cana no Cerrado entre 2003 e 2008 ocorreu sobre áreas de produção agrícola, 33% sobre pastos e 4% sobre vegetação primária. “O pior é que as pastagens que estão sendo ocupadas não são degradadas, são altamente produtivas”, diz Barroso, um dos autores do estudo. A lucratividade da cana é tão grande, segundo ele, que está substituindo até mesmo a soja. “A quantidade de dinheiro que circula onde a cana chega é impressionante.”

Em outro estudo, feito antes do zoneamento, pesquisadores do Lapig estimaram em 89,5 mil km² a área viável para expansão da cana sobre o Cerrado, o que permitiria triplicar a área plantada com canaviais. O estudo considera questões ambientais e econômicas. Apesar disso, Nilson Ferreira, um dos autores, acredita que a maior parte da expansão da cana ocorrerá não sobre pastagens, mas sobre lavouras, onde o solo é mais fértil. “A produção de grãos será impactada, sem dúvida.”

O filé mignon do Cerrado já foi ocupado. Não há mais solos bons para onde essa agricultura possa ir com facilidade.”

Se não houver contas, poderá sobrar também para a Amazônia.

O zoneamento reforça o receio de que, ao ocupar áreas de agricultura e pecuária, a cana-de-açúcar empurre essas atividades para outras regiões. Principalmente para cima da floresta amazônica, onde a terra é barata

e a chuva mantém as pastagens verdes o ano todo.

A recuperação e a ocupação

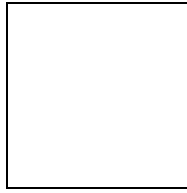
de pastagens degradadas, associadas ao sistema de integração

lavoura-pecuária (ILP), seria a melhor maneira de evitar essa migração, segundo os especialistas.

O problema é que ninguém sabe exatamente onde estão essas pastagens ou qual é a condição delas. “Degradada” é um termo genérico, usado para designar pastagens que estão produzindo abaixo da capacidade – o que pode incluir desde um campo invadido por ervas daninhas até terras completamente esgotadas, sem fertilidade, onde o capim nem cresce mais.

“A única informação que temos hoje sobre pastagens no Cerrado é onde elas estão. Não sabemos nada sobre sua condição”, diz Laerte Ferreira, diretor do Lapig. Um dos projetos em andamento no laboratório tem justamente como objetivo mapear e qualificar o estado dessas pastagens. “Sem essa informação não temos como planejar o uso dessas áreas adequadamente”, observa Ferreira.

TEMOR INFUNDADO



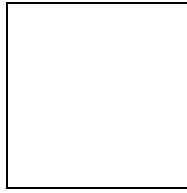
Para o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank, o temor de que a cana venha destruir o Cerrado é infundado. Segundo ele, a cana só pode ser plantada em áreas já alteradas pelo homem.“

A cana é a primeira atividade que não poderá crescer desmatando. E isso vale para qualquer bioma.”●

A força do nosso etanol – Emilio Odebrecht – Folha de São Paulo – Espaço aberto – 20/09/2009

O ETANOL combustível brasileiro é motivo de orgulho para o país. Mesmo em meio à crise mundial, nossa produção não recuou: as vendas no mercado interno passaram de 9,101 bilhões de litros nos primeiros 6 meses de 2008 para 10,713 bilhões no mesmo período de 2009, um salto de 17,7%. Tal vigor se deve a vários fatores, dos quais o mais importante são as décadas de esforço e talento de brasileiros investidos nesta área. Nosso etanol é um combustível de alto desempenho e viável econômica, ambiental e socialmente.

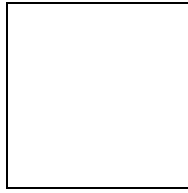
Não precisa de subsídios, e sua produção vem sendo aperfeiçoada por empresas e pesquisadores de nosso país, nos diversos elos de sua cadeia produtiva. Seus competidores são os hidrocarbonetos e outros biocombustíveis, como o feito a partir do milho nos EUA. Tem vantagens sobre ambos e poderia se expandir pelo mundo não fossem as barreiras comerciais. O etanol de cana é sustentável por definição. O CO₂ emitido pelo uso do combustível renovável no motor de um carro já foi compensado pela quantidade do mesmo gás absorvida pela planta durante seu crescimento. É uma das energias renováveis que menos demanda a utilização de energia fóssil para sua produção. A emissão de CO₂ pelo etanol de cana é 89% menor que a da gasolina, ao passo que no caso do etanol de beterraba, usado em alguns países europeus, tal redução é de 46%, e no de milho, de apenas 31%. O etanol de milho americano é totalmente dependente de subsídio público e, ao taxar a importação do etanol brasileiro, os Estados Unidos prejudicam simultaneamente nossa economia, sua própria economia e o combate à crise climática global. Vez por outra acusam o Brasil de tratar mal os trabalhadores do setor. Alguns países usam tal pretexto para impedir a venda de nosso etanol lá fora. Mas as condições nos canaviais, que de fato já foram ruins, mudaram. Hoje, os contratos de trabalho incluem transporte, saúde, alojamentos, alimentação, equipamentos de proteção individual e até mesmo a requalificação, pois a mecanização do plantio e do corte da cana avança e acabará por modernizar radicalmente o trabalho na área. Adicionalmente, via cogeração, nossas usinas produzem energia elétrica tão limpa como a



de origem hídrica e tende a crescer a produção dos chamados plásticos verdes, cuja matéria-prima, o etanol, substitui a nafta e o gás natural. Cedo ou tarde os biocombustíveis ocuparão o lugar dos hidrocarbonetos como locomotivas da economia mundial. Quando este dia chegar, estaremos prontos para ocupar o lugar que nos cabe.

Tiro no próprio álcool – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 20/09/2009

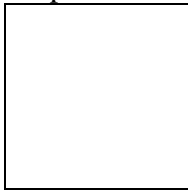
À primeira vista, representa um avanço o ranking de carros poluidores apresentado pelo Ibama na semana que passou. Porém, como tudo que vem do governo (qualquer governo), ainda mais quando está envolvido o espetacular ministro Carlos Minc, é bom tirar o pé do acelerador do entusiasmo. Em especial se o seu carro for flex. O álcool combustível, agora renomeado com a marca globalizada de "etanol", é um trunfo do Brasil. Fruto de um programa nacionalista e intervencionista da ditadura militar, o Proalcool, virou campeão ambiental. Em nenhum outro lugar do mundo se obtém etanol na quantidade e com a produtividade permitida pela cana-de-açúcar por aqui -agora já sem nenhum subsídio estatal. O álcool pode ser considerado um combustível mais "limpo" porque o carbono que lança na atmosfera, na forma de gás carbônico (CO₂), é reutilizado na próxima safra de cana enquanto as plantas crescem. O CO₂ é a matéria-prima da fotossíntese. Apenas com ele, água e luz (energia solar), os vegetais produzem a biomassa cuja energia química usufruímos, antes de mais nada como alimento. O reaproveitamento do carbono no ciclo de produção do etanol não é completo, mas quase. Algum CO₂ adicional é emitido no processo, por exemplo com o uso de fertilizantes. Cerca de 90%, porém, deixam de ser emitidos na atmosfera. A gasolina polui muito mais, nesse sentido. Todo o carbono emitido em sua queima é uma contribuição nova para engrossar o cobertor de gases que agravam o efeito estufa e alimentam o aquecimento global. Antes de ser extraído o petróleo, seus hidrocarbonetos repousavam nas profundezas do subsolo e do pré-sal. É essa energia química, fixada por plantas e microrganismos fotossintetizadores há milhões de anos, que impulsiona veículos a gasolina, diesel e gás natural, por isso chamados de combustíveis fósseis. A clara vantagem antipoluição do álcool foi de certa forma -uma forma canhestra-reconhecida no trabalho do Ibama, lançado às pressas por Minc. Como não dá para comparar álcool e gasolina nesse quesito, tamanha a desvantagem da segunda, ele foi omitido da "nota verde". A emissão de CO₂ está numa pontuação separada, só para veículos a gasolina. Resultado: no ranking que todo mundo viu e comentou, vários modelos a álcool (na realidade, carros flex abastecidos com etanol para o teste) aparecem entre os mais



poluidores.

Do ponto de vista das emissões que fazem mal para a saúde, trata-se de informação significativa. Há razões para crer, contudo, que o álcool ficou pior na fita do que deveria. Passando por cima da outra nota, a mais relevante para o problema igualmente decisivo do aquecimento global, muitos jornalistas concluíram -e deixaram isso claro nos títulos- que carros a álcool poluem tanto quanto ou mais que outros a gasolina. Uma informação que, na melhor das hipóteses, está incompleta. Mesmo no que diz respeito à contribuição de veículos a álcool para a má qualidade do ar nas cidades, há motivos para pisar no freio. Vários motivos: enxofre, benzeno, olefinas, formaldeídos -emissões em que o álcool em geral se sai melhor. Nenhum deles entrou na "nota verde", que só considera monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos.

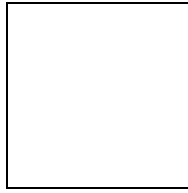
Se o saldo da publicação do ranking for a conclusão, entre consumidores, de que abastecer o carro com álcool polui tanto quanto fazê-lo com gasolina, Minc acaba de dar mais um tiro no próprio pé -o do acelerador.



MARCELO LEITE é autor de "Darwin" (série Folha Explica, Publifolha, 2009) e "Ciência - Use com Cuidado" (Editora da Unicamp, 2008). Blog: [Ciência em Dia \(cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br\)](http://cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br). E-mail: cienciaemdia.folha@uol.com.br

A renovação do álcool - Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 22/09/2009

O ZONEAMENTO agroecológico da cana-de-açúcar, prometido há mais de dois anos pelo governo Lula, deixou as gavetas do palácio. Com ele, o país reconhece que não há retorno na exigência, pelo mercado global, de certificados de boa procedência ambiental e social de commodities como o álcool combustível. É a imagem da maior inovação do país no campo sensível das energias renováveis que está em jogo. Desde que os biocombustíveis entraram em voga mundial como alternativa parcial ao petróleo, o Brasil, na condição de maior exportador, esteve sob pressão. Condições degradantes de trabalho, poluição do ar pela queima da palha antes da colheita, ameaça à segurança alimentar na competição por terras e indução ao desmatamento pesavam sobre o álcool como supostas nódoas de origem, mesmo que infrequentes. O pacote delineado no projeto de lei e no decreto relativos ao zoneamento constitui resposta à altura. Foi excluída toda a extensão dos biomas Amazônia e Pantanal das áreas mapeadas como aptas, assim como o entorno do segundo, onde nascem muitos dos seus rios. Proíbe-

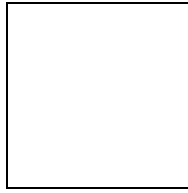


se suprimir vegetação nativa, em toda parte, para cultivar cana. O crédito oficial incentivará a ocupação de pastagens abandonadas. O Ministério da Agricultura terá de certificar, em cada aumento de área, a ausência de risco para a produção de alimentos. A mecanização completa, com consequente abandono da queima da palha, ocorrerá até 2017. A dúvida que resta atinge o Congresso, que dificilmente votará o projeto de lei ainda neste ano. É pequeno o risco, contudo, de que a demora desencadeie um processo preventivo de desmatamento. Os próprios produtores, tudo indica, já se convenceram de que a sustentabilidade das vendas e do lucro também depende de fazer a coisa certa.

Ciência, opinião e aquecimento global – Rogério Cezar de Cerqueira Leite – Folha de São Paulo – Opinião – 23/09/2009

"DO PONTO de vista da Shell, o debate está encerrado. Quando 98% dos cientistas concordam, quem é a Shell para dizer "vamos debater a ciência?"

Assim falou John Hofmeister em 2006, presidente dessa companhia. Referia-se ao debate sobre as consequências para o aquecimento global e as mudanças climáticas devidas à queima de combustíveis fósseis. Pois bem, a capitulação da Shell, assim como a da Exxon, em 2007, em relação às evidências dos fenômenos que lhes eram enormemente adversos financeira e politicamente deveria ter, de fato, selado a polêmica. Todavia, se 98% dos cientistas concordam, poderíamos talvez concluir que 2% discordam da relação causal entre emissão de gases de efeito estufa, aquecimento global e consequentes mudanças climáticas. Entretanto, estamos aqui em um campo de opiniões, e não no da ciência. No que diz respeito à ciência, ela diz peremptoriamente que a relação causal está comprovada. Vejamos o porquê da diferença entre opiniões de cientistas e uma afirmação científica. Um novo conhecimento é incorporado à ciência por meio de um processo que se inicia com a sua divulgação em um sistema de comunicação em que outros pesquisadores analisam e aprovam ou não a pertinência dos resultados e conclusões. Ora, enquanto centenas de artigos profissionais que passam pelo processo de avaliação aqui descrito confirmam a existência da relação causal entre emissões de gases de efeito estufa e aquecimento global, não há um único que a negue e que tenha sido divulgado pelo sistema de revistas ditas indexadas, com avaliação por pares. É verdade que houve, de permeio com maliciosa propaganda, suborno e corrupção, algumas declarações de respeitadas cientistas contrárias à posição da quase totalidade. São, porém, opiniões pessoais que não derivam de atividades de pesquisas desses mesmos cientistas. Valem como opinião, não como ciência. Consequentemente, não podem ser consideradas como um percentual da ciência.

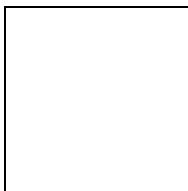


Os céticos citam manifestos assinados por cientistas e instituições que desacreditam a relação emissões-clima. Vejamos o que significam os principais deles:

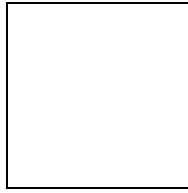
- 1) O "Consenso de Copenhague". Um conjunto de oito economistas de primeira linha, incluindo três detentores de Prêmio Nobel, reunidos em 2004 na capital da Dinamarca, elencou os principais problemas que afligem a humanidade, avaliando o aquecimento global como de muito baixa prioridade. Levando-se em conta a baixa frequência de acertos em previsões feitas por economistas, podemos considerar esse manifesto uma contundente comprovação da relação entre uso de combustíveis fósseis e aquecimento global.
- 2) Os vários manifestos de cientistas, os "400 do relatório do Senado americano", a "Declaração de Manhattan", a "Declaração de Leipzig" etc. são agregados de nomes pouco conhecidos, com poucos autênticos cientistas, ou documentos que nada, em verdade, afirmam (leia-se Craven, G., Julho 2009, Penguin).

A percepção da ameaça ao conforto futuro, se não à própria sobrevivência do Homo sapiens, se mostra tão aterradora e inexorável que preferimos, sempre que uma oportunidade se nos oferece, esquecê-la como se nunca tivesse existido. Seja exemplo o caso do Brasil, país que se arvorara em paradigma de sustentabilidade, com metade da energia que consome sendo renovável. Pois não é que, no interesse exclusivo da Petrobras, os "soi-disants" planejadores do setor elétrico propõem a aquisição de mais que 50 termoeletricas a óleo combustível, o mais poluente dos derivados de petróleo e grande emissor de gases de efeito estufa, apesar do imenso potencial hidroelétrico remanescente no país? E só porque, rejeitado universalmente, esse combustível constitui uma dificuldade de comercialização para a Petrobras, cujas ações preferenciais, em sua maioria, estão em mãos estrangeiras, mas que, não obstante, se revela gigantesca e perversa arma de atuação política.

Pelo mesmo motivo, negligencia o governo a ampliação da produção do etanol, cuja tecnologia já está desenvolvida, priorizando a promessa incerta do pré-sal. E isso apesar do potencial de produção maior, de investimentos menores para a mesma produção de energia e da sustentabilidade desse biocombustível. A única explicação para essa escolha, esdrúxula para dizer o menos, é a concentração de poder político que a exploração de petróleo proporciona em um monopólio de fato na mão do Estado.



ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, 78, físico, é professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e membro do Conselho Editorial da Folha .



Planalto proíbe expansão da cana em área nativa – Luiza Damé – O Globo – O País – 18/09/2009

Produção de biocombustíveis, que terá nova regulamentação, ficará restrita a somente 7,5% do território brasileiro

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, na tentativa de aumentar a produção de etanol no país para atender a demanda por biocombustíveis. O programa do governo proíbe a implantação de novas usinas e a expansão da produção de cana em qualquer área de vegetação nativa, na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai.

As usinas e plantações devidamente licenciadas que já funcionam nessas áreas estão preservadas, mas terão de cumprir outras regras do zoneamento.

— As regras são exclusivas para a expansão da cana no país, mas vão ser incorporadas às áreas já consolidadas — disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

As áreas proibidas, somadas às unidades de conservação e às reservas indígenas, mais as terras impróprias ao plantio de cana, somam 92,5% do território brasileiro. Ou seja, sobram 7,5% do território para plantio da cana, o que chega a cerca de 66 milhões de hectares. Os critérios para expansão da cana estão previstos em projeto de lei enviado ao Congresso e um decreto que orienta o financiamento da produção.

O objetivo do governo, conforme repetiu Minc, é produzir “etanol 100% verde”.

Área da nascente dos rios do Pantanal gera divergências O governo preparou um evento especialmente para lançar o zoneamento, com a presença de Lula, de Minc, da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e de governadores e representantes do setor canavieiro.

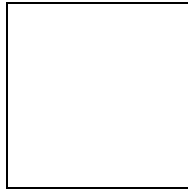
A liberação ou não da Bacia do Alto Paraguai, nascente de rios do Pantanal, gerou divergências. O governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, e Stephanes defendiam a autorização da produção nessa área, pois havia oito empreendimentos previstos.

Mas prevaleceu a opinião do presidente, que argumentou que não tiraria o selo verde do etanol por causa de oito projetos.

O cerrado e a caatinga, segundo Minc, estão protegidos.

O projeto estabelece diretrizes para a produção de cana no país, baseadas na proteção do meio ambiente, na conservação da biodiversidade e na utilização racional dos recursos naturais.

Entre os critérios estão: a opção por áreas que não necessitem de irrigação plena, para economizar água e energia; o uso de terras com declive de até 12 graus para permitir a mecanização e eliminar as queimadas; a utilização de áreas degradadas ou de pastagens para a expansão do plantio de cana. Uma das preocupações do setor é o desemprego dos trabalhadores com a mecanização da colheita da cana



— uma das formas de reduzir a emissão de gás carbônico, porque não haverá mais queimadas nas novas áreas e as antigas terão de se adaptar. Tanto Minc quanto Stephanes — que já discutiram por causa do zoneamento — disseram que os cortadores de cana serão aproveitados em outros setores da produção.

Hoje são cerca de 500 mil trabalhadores.

Minc e Stephanes concordaram que o projeto deverá ser aprovado no Congresso até o primeiro semestre de 2010. O decreto orienta o Conselho Monetário Nacional a estabelecer as condições e vedações previstas no zoneamento para o financiamento do plantio de cana.

Matriz limpa – O Globo – Opinião – Editorial – 20/09/2009

Uma pesquisa da empresa GlobeScan com 20 mil pessoas em 19 países de África, Américas, Ásia e Europa demonstrou o entendimento global de que o combate ao aquecimento, além de uma questão de sobrevivência da Humanidade, é um imperativo de ordem econômica.

Para 60% dos entrevistados, os investimentos para reequilibrar o meio ambiente beneficiarão a economia mundial.

A menos de três meses da decisiva conferência da ONU sobre o clima em Copenhague, Dinamarca, é preciso que os políticos compreendam isso. Embora tenham perdido tempo precioso, os EUA, com Obama, saíram da letargia. No início dos anos 60, após a União Soviética enviar o primeiro homem ao espaço, o presidente Kennedy prometeu pôr um americano na Lua até o fim daquela década. E cumpriu.

Obama promete eliminar a dependência do petróleo do Oriente Médio em dez anos. E investir em energia limpa e capaz de levar o país a novo salto tecnológico, e com a geração de empregos. Com isso, espera cortar a emissão de CO₂ em 80% até 2050. A Casa Branca acaba de anunciar que as emissões de poluentes pelos veículos terão de se reduzir em 40% até 2016.

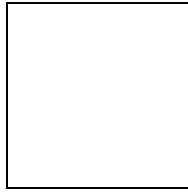
Na Califórnia, o governador Arnold Schwarzenegger determinou que, até 2020, um terço da energia consumida no estado provenha de fontes renováveis. A questão climática é hoje de segurança nacional nos EUA. Outros países estão fazendo sua parte. A Alemanha tornou-se líder mundial em energia solar, respondendo por 50% do que é gerado dessa forma no mundo, com a criação de 50 mil empregos. A China, com uma deterioração catastrófica do meio ambiente, decidiu investir pesadamente em energia limpa e adaptar o mercado interno para receber a solar e a eólica (ventos), o que lhe dará uma poderosa plataforma de exportação.

À parte a imperiosa necessidade de estancar as queimadas, que empurram o país para o pódio dos grandes emissores de CO₂, o Brasil produz energia pouco poluente em hidrelétricas e usinas nucleares, além de mover a etanol uma parcela crescente de veículos. O governo vive a compreensível euforia das descobertas de petróleo no pré-sal, que permitirão multiplicar nossas reservas. Mas, como lembrou Delfim Netto no jornal “Valor”, “a energia fóssil não será a agenda do futuro das potências(...)”. Parte da receita obtida com a produção do pré-sal precisará ser reservada para limpar de vez a matriz energética do Brasil, dar um salto tecnológico.

Ninguém pode se furtar ao desafio de reduzir a poluição, mesmo que se nade em petróleo, combustível típico do século XX, do passado.

Decreto do zoneamento da cana é publicado (Atualizada) – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/09/2009

Brasília (18.9.2009) - Os municípios com aptidão para o cultivo da cana incluídos no Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZaeCana) foram divulgados nesta sexta-feira (18) no Diário Oficial da União, pelo [Decreto Nº 6.961](#). A norma orienta a



expansão de novas unidades produtoras e identifica mais de 60 milhões de hectares próprios para a cultura da cana, em seus três tipos de aptidão (alta, média e baixa).

Estão previstos, no decreto presidencial, os parâmetros técnicos e a metodologia utilizada para a elaboração do ZaeCana. As áreas indicadas para a expansão do canavial compreendem total ou parcialmente 20 estados (TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, GO, MS, MT, ES, MG, RJ, SP, PR, SC e RS).

Na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), programada para a próxima quinta-feira (24), serão estabelecidos os critérios para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização do setor sucroenergético (cana, açúcar e biocombustíveis). O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, normatizando a expansão da cana e restringindo essa matéria-prima nos biomas Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, foi encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem 764/2009. *(Inez De Podestà)*

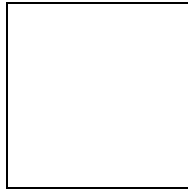
Zoneamento da cana-de-açúcar é pioneiro no mundo, diz Stephanes – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/09/2009

Brasília (17.9.2009) - O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar é, sem dúvida, um trabalho pioneiro e único no mundo. Houve um estudo com profundidade das questões agrônômicas, climáticas e ambientais sobre o plantio da cultura no Brasil. A declaração é do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que participa, neste momento, em Brasília, do lançamento do zoneamento e das políticas públicas que vão orientar a expansão sustentável da cana-de-açúcar no País.

Stephanes informou que haverá 64 milhões de hectares aptos para o cultivo da cana. “Estimamos que, entre 8 e 10 anos, os produtores utilizarão mais seis milhões de hectares, o que é suficiente para dobrar a produção de cana-de-açúcar. Isso significa que o investidor terá muitas opções”, ressaltou.

O ministro da Agricultura disse, ainda, que o zoneamento, aliado a um acordo entre a iniciativa privada e o governo nas questões sociais, coloca o setor sucroalcooleiro como um dos mais estruturados nas questões sociais, econômicas e ambientais.

Stephanes fez questão de mencionar as instituições responsáveis pelo estudo como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto



Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/MME).

A cana resgata a agenda do desenvolvimento rural - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 17/09/2009

Governo não permitirá mais a instalação de novas usinas ou plantações de cana em áreas de vegetação nativa

A cana é conhecida como o zebu da agricultura brasileira: vai bem em qualquer lugar e não respeita cercas que limitem sua expansão. Mas é justamente em torno dessa cultura que se entrelaçam hoje iniciativas de inestimável importância para o debate do desenvolvimento rural.

O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Brasil é uma das faces mais importantes dessa retomada. A afoiteza de uns e o interesse protecionista de outros carimbou nas promessas dos combustíveis verdes a sombra de um antagonismo inconciliável com a segurança alimentar. Em 2008, no auge da especulação financeira com os preços das matérias-primas, não foram poucos a atribuir o encarecimento da comida a uma rota de colisão entre estômagos vazios e veículos sedentos por biocombustíveis.

Contra a sustentabilidade do etanol brasileiro depunham ainda testemunhos de um avanço devastador sobre novas fronteiras que levaria à ocupação da Amazônia pela cana, sucedendo o zebu. As medidas tomadas agora pelo governo Lula levantam cercas e criam salvaguardas ambientais e sociais que equacionam sua expansão.

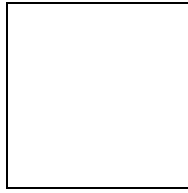
O Brasil não permitirá mais a instalação de novas usinas ou plantações de cana em áreas de vegetação nativa, sejam elas na Amazônia, no Pantanal, na caatinga, no Cerrado ou em remanescentes da Mata Atlântica.

O crédito agrícola funcionará como trava seletiva para impedir o avanço da agroenergia em áreas ocupadas por alimentos. A expansão canavieira se dará em relevos planos que favoreçam a mecanização, viabilizando a extinção das queimadas até 2017, conforme Medida Provisória que acompanha as diretrizes do zoneamento.

Somando-se tais restrições às unidades de conservação já existentes e aos territórios indígenas demarcados, a cana-de-açúcar fica vetada em mais de 80% da área total do país. Ainda assim preserva amplo horizonte de expansão, já que a parcela da lavoura destinada ao etanol hoje ocupa menos de quatro milhões de hectares, cerca de 1% da área agricultável do país.

A iniciativa brasileira guarda estreita sintonia com medidas de ordenamento preconizadas pela FAO desde 2007, indispensáveis à harmonia entre novas e velhas demandas que o Século XXI coloca para o campo: a alimentar, a social, a ambiental e a energética. E isso foi referendado em 2008, na Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar (<http://tr.im/biohlc>).

A segunda iniciativa que reforça a agenda do desenvolvimento rural contempla a melhoria das relações de trabalho. Trata-se neste caso de um resgate histórico de direitos



obtidos a partir da célebre greve dos boias-frias de Guariba (SP), em 1984. Em 15 de maio daquele ano cinco mil boias-frias invadiram cidades do noroeste paulista, entraram em choque com a polícia e atearam fogo em plantações para cobrar melhores condições de alojamento, alimentação, saúde, transportes e, sobretudo, limites a uma das mais estafantes jornadas de trabalho ainda existentes. As vitórias consolidadas no Acordo de Leme, em 1986 - que o atual presidente da República acompanhou pessoalmente então como líder sindical - custaram dois mortos e dezenas de feridos. Não foi suficiente para que elas saíssem do papel.

Aquelas conquistas reencontraram agora ambiente propício para renascer na busca de legitimidade internacional para a agroenergia brasileira. Um acordo nacional (<http://tr.im/cananac>) firmado em julho deste ano entre representantes dos cortadores de cana, empresários do setor e o governo foi o primeiro passo nessa retomada. Um ano de negociações conduzidas por determinação do presidente Lula pelo secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, soldou a legitimidade de um novo fórum tripartite que já tem a adesão de quase 80% das usinas e pode - ao lado do zoneamento - figurar como um dos mais importantes embaixadores do etanol brasileiro no comércio mundial.

A parte do Estado nessa equação inclui a recolocação da mão-de-obra dispensada pelo avanço da colheita mecânica. A máquina fortalece a dimensão ambiental dos biocombustíveis, ao custo de 100 empregos a menos por colheitadeira. Sem isso, o destino dos desempregados imitará o ciclo da matéria-prima: o esmagamento, bagaço e queima ou descarte.

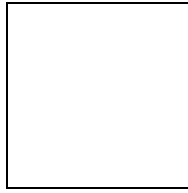
O planejamento de longo prazo das políticas agrícolas surge, assim, como terceira perna indispensável à sustentação das anteriores. Sua oportunidade no caso do agronegócio brasileiro decorre, felizmente, do sucesso, e não do fracasso produtivo. Ao ampliar ganhos de escala por hectare, o setor também libera espaços, entre outras coisas, para políticas de zoneamento ambiental como a adotada agora pelo Brasil.

O país investiu fundos públicos para que isso acontecesse. Incentivos fiscais e ganhos de pesquisa foram transferidos à indústria do álcool - cerca de US\$ 16 bilhões desde o início do Pró-Álcool, em 1975 - para que hoje ela pudesse extrair quatro vezes mais etanol por hectare de cana do que no início do programa.

O momento, portanto, é encorajador para novos avanços em outras áreas e mesmo na da cana, que ainda carece, por exemplo, de um marco regulador das relações entre usinas e fornecedores.

O Estatuto da Lavoura Canavieira, herança de Getúlio Vargas, previa uma participação de 60% de cana de fornecedores autônomos nas usinas. O sistema começou a caducar, com o Pro-Álcool impondo a necessidade de expandir rapidamente a produção. Nos anos 90, com a extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), essa determinação caiu de vez em desuso.

Que 25 anos depois da Greve de Guariba se reafirme os compromissos assumidos naquela ocasião é um sinal dos novos tempos, mas também um alerta. Assim como tem muito zebu "varador de cerca", tem muito usineiro que não cumpre acordos. E isso pode



comprometer não só a figura do presidente, maior avalista do novo acordo, mas o futuro do etanol brasileiro como o combustível verde do Século XXI.

Plano de zoneamento da cana quer "esverdear" o etanol - Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor econômico – Agronegócios - 17/09/2009

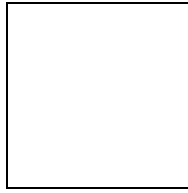
A Lei de Zoneamento Agroecológico da Cana, a ser anunciada hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é uma resposta aos críticos internacionais da produção de etanol no Brasil e um "trunfo" que será usado pelo país na cúpula sobre mudanças climáticas em Copenhague, na Dinamarca. eixo central do projeto responde aos principais questionamentos feitos por ambientalistas e organizações estrangeiras, como Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Acusado de colocar em risco a produção de alimentos e de patrocinar a devastação da floresta ao incentivar o plantio da matéria-prima do etanol, o Brasil usará o "ZAE Cana" para rebater críticas e "esverdear" o etanol. "O argumento da situação externa foi decisivo", admitiu o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao Valor. "Lá fora tem essa discussão sobre alimentos e devastação. Consegui o apoio da Unica (usineiros) e agora vamos poder dizer que nosso etanol é 100% verde. Se não fosse, usariam barreiras para impedir a exportação do etanol."

Meio a contragosto, Minc admite ter "ganho a parada" do colega Reinhold Stephanes (Agricultura). Nos bastidores do governo, ambos disputavam a proibição ou não do plantio de cana na bacia do Alto Paraguai. "A discussão central era em que medida poderíamos ceder a pressões de grupos e dos governadores. Não podíamos entrar na bacia do Pantanal e precisávamos garantir zero de vinhoto (resíduos da cana)." Blairo Maggi (PR-MT) e André Puccinelli (PMDB-MS) eram contra a exclusão da cana em áreas contíguas ao Pantanal.

O governo decidiu, porém, proibir o cultivo de cana na Amazônia e também no Pantanal. Nesses locais serão mantidas apenas as atividades hoje existentes, como plantações e usinas já instaladas. O governo de Mato Grosso do Sul aprovou zoneamento nas bordas do Pantanal em que permite atividades agropecuárias. "Se fosse permitido plantar no Pantanal, não seria em favor deles (Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul). Seria algo contra o etanol do Brasil", afirmou Minc. Sobre a reação de Maggi, opositor da exclusão do Pantanal, Minc desconversou: "Tô de bem com ele. Mato Grosso não será prejudicado porque vai ter a maior área para expandir. Só não pode entrar em mata nativa", ressaltou.

A resposta internacional do governo Lula será proibir a realização de queimadas em áreas de produção mecanizadas. Nas áreas em que o cultivo não for mecanizado - como na Zona Mata de Pernambuco, repleta de morros e declives -, haverá um período de transição



para o fim das queimadas. Ambientalistas criticam a produção de cana brasileira, alegando que as queimadas aumentam a emissão de CO₂ na atmosfera.

A terceira resposta aos críticos, já ensaiada em iniciativa anterior do governo, foi o estabelecimento de uma nova relação trabalhista entre usineiros e cortadores de cana. Um termo de compromisso já assinado prevê, entre outras coisas, a contratação direta dos trabalhadores por meio de registro em carteira de trabalho, eliminando os "gatos" (intermediários).

Os governos estaduais e municipais, em parceria com a Agricultura, terão de impor limites para evitar a expansão da cana sobre a produção de alimentos. Este debate acirrou-se em 2008, quando a alta internacional dos alimentos colocou a produção de etanol em xeque. O Zoneamento da Cana será encaminhado ao Congresso por meio de projeto de lei, o que deve facilitar a negociação com Estados e a bancada ruralista.

Concorrência do pré-sal ameaça etanol - Renato Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/09/2009

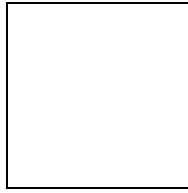
O etanol teme ser atropelado pelo pré-sal. Os usineiros querem que o governo defina claramente qual é a política pública no País para o setor de combustíveis para evitar experiências como a do Programa Brasileiro do Álcool (Proálcool), que nasceu, cresceu e foi morto ao sabor das cotações internacionais de petróleo.

Eles temem que as atenções voltadas ao petróleo acabem levando o etanol a perder espaço no mercado local e visibilidade internacional, num momento em que lutam para transformá-lo num produto de exportação.

Até a descoberta do petróleo da camada pré-sal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vinha projetando no exterior a imagem do Brasil como o País que iria fornecer energia renovável para o mundo.

“Estamos conversando com o governo”, afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). “É preciso criar uma regra garantindo que o etanol continuará a ser o número um na matriz de combustíveis e que a gasolina é uma alternativa. Não se pode achar que o mercado, com a flutuação dos preços, vai decidir.” Ele argumentou que é preciso dar segurança aos investidores e aos consumidores.

A euforia do pré-sal e a depressão da crise internacional atingiram em cheio a indústria da cana-de-açúcar. O etanol é um sucesso de vendas, mas muitas empresas foram soterradas pelo endividamento que vinham carregando, quando o crédito secou. Somado a isso, o estudo polêmico divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente na semana passada, apontando os carros movidos a gasolina como menos poluentes que aqueles movidos a álcool, veio manchar de cinza a imagem verde do etanol. O estudo tem sido contestado pela Unica e por vários especialistas.



O carro flex fuel, uma invenção brasileira, é a chave do sucesso do etanol no País. No fim de 2008, o consumo nacional do combustível ultrapassou o da gasolina. No ano passado, foram vendidos 2,3 milhões de carros flex, comparados a 217 mil a gasolina e somente 84 a álcool. O consumo de etanol no País cresceu 27% entre janeiro e agosto, ante o mesmo período de 2008, segundo a ETH Bioenergia, do Grupo Odebrecht.

EFEITOS DA CRISE

Mas esse êxito não reflete a situação de grande parte das usinas.

A crise fez com que empresas pedissem recuperação judicial, como a Companhia Albertina, usina localizada em Sertãozinho (SP). Outras foram compradas, como foi o caso da NovAmérica, absorvida pela Cosan em março deste ano.

“Para as empresas descapitalizadas, a crise foi um golpe muito duro”, afirmou Marcos Lutz, vice-presidente comercial e de logística da Cosan, maior grupo brasileiro de açúcar e álcool. No ano fiscal encerrado em março, a empresa investiu R\$ 1,346 bilhão, excluindo aquisições.

Os investimentos em andamento foram decididos há dois ou três anos. “Estamos inaugurando três usinas”, afirmou José Carlos Grubisich, presidente da ETH Bioenergia. “Vamos passar de uma capacidade de moagem de 13 milhões de toneladas para de 28 milhões a 30 milhões em 2014.” Segundo o executivo, apesar de ainda não ter fechado nenhum negócio, a ETH tem analisado oportunidades de aquisição. Esse movimento de fusões e aquisições é o que toma a atenção do setor no momento, mais do que qualquer projeto novo.

Nas semanas passadas, o governo anunciou um projeto de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, proibindo o plantio da cultura em 81,5% do território.

Apesar de os usineiros discordarem de muitos pontos do projeto, a definição da área de plantio, para preservar o ambiente, é importante para a pretensão do País de se tornar grande exportador de etanol.

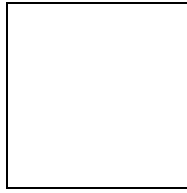
Assim como o acordo assinado com o governo em junho, que garantiu condições mínimas de trabalho, o regulamento ajudará a evitar barreiras não-tarifárias ao etanol brasileiro. Os importadores querem garantias de que o etanol não é resultado de desmatamento e de condições sub-humanas de trabalho.

Mas a exportação ainda é difícil, dependendo muito de oportunidades como a falta do produto em mercados específicos.

Os Estados Unidos, a Europa e o Japão definiram metas de redução do consumo de combustíveis fósseis, o que deve aumentar a demanda internacional.

Os empresários reconhecem, no entanto, que essa demanda pode levar alguns anos para se concretizar.

O esforço para transformar o etanol numa commodity ainda não deu resultado. “A expectativa é que, em 2010, seja definida uma especificação comum para o álcool anidro (que é adicionado à gasolina)”, afirmou Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. “As perspectivas são muito alvissareiras.”



‘Petróleo não é ameaça ao etanol’- Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/09/2009

RIO

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, vinculada ao Ministério das Minas e Energia), Maurício Tolmasquim, diz que, mantidas as condições econômicas atuais, não há espaço para que o petróleo do pré-sal “suje” a matriz energética brasileira. Segundo ele, mesmo com grande produção, os derivados de petróleo continuarão perdendo em competitividade para etanol e hidrelétricas. A menos, diz, que “uma política populista” decida achatar os preços dos derivados de petróleo. Tolmasquim deu a seguinte entrevista:

O pré-sal deixa os biocombustíveis em segundo plano?

A matriz energética brasileira não vai ficar menos renovável por conta do pré-sal. Na área elétrica, o óleo e o gás não têm competitividade para deslocar hidrelétricas.

O Brasil só usou 1/3 de seu potencial e, agora, com novos procedimentos ambientais, os projetos que estavam com dificuldades começaram a sair, que é o caso do Rio Madeira e de Belo Monte. Na área de combustíveis, o petróleo também não é ameaça ao etanol, que é competitivo com a gasolina, com petróleo até US\$ 40 por barril. Hoje existe política, que dificilmente vai ser mudada, de vinculação do preço da gasolina às cotações internacionais do petróleo. E não há cenários que apontem o petróleo abaixo dos US\$ 40 por barril.

Com o carro bicombustível, os consumidores têm o poder de escolher entre gasolina e etanol. É o preço que define.

Mas onde, então, será consumido o pré-sal?

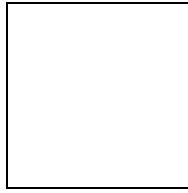
No mercado internacional. O excedente do óleo vai para exportação.

Vai garantir uma renda extra para o Brasil. Não vai deslocar combustível na matriz brasileira. É claro que, internamente, para agregar valor, vai ser usado em refinarias, para exportação de produtos e não de óleo cru. E vai também para a petroquímica. Mas mesmo os produtos petroquímicos serão destinados ao mercado externo.

Como garantir que a política de preços e usos dos derivados será mantida?

O maior ganho que o Brasil tem é precificar os combustíveis segundo o mercado internacional, o que garante a competitividade de fontes mais limpas. A única maneira desse petróleo do pré-sal entrar no mercado interno é termos uma política populista de preços muito baixos, o que não teria lógica porque seria uma perda econômica monumental.

Isso não vai ocorrer. Isso não é a política que o País tem, e a gente não vai mudar isso.



Mas houve essa semana notícias sobre o uso de diesel em veículos leves...

Não conheço nenhum estudo sobre o tema. Hoje, o Brasil tem excedente de gasolina e gargalo na produção de diesel, que está mudando com investimentos na indústria de refino. Mas, dada a quantidade de etanol, não me parece lógica essa posição. Nas projeções da EPE, não existe essa previsão

Lobby por mudança no zoneamento da cana enfrenta resistência no Congresso –

Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios – 24/09/2009

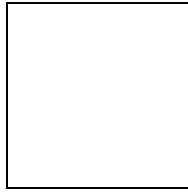
Os representantes das usinas de etanol devem enfrentar resistências no Congresso em sua estratégia de alterar alguns pontos do projeto de lei do governo que instituiu o zoneamento agroecológico da cana no país. Por outro lado, terão que negociar com ruralistas e governadores estaduais a preservação de outra parte do texto para garantir a imagem de defesa ambiental embutida no projeto.

A Frente Ambientalista é contra modificar o texto original por considerar grande a margem para uma eventual desfiguração das regras, debatidas ao longo de quase dois anos pelo setor e o governo. E a bancada ruralista questionará as proibições impostas pelo projeto ao plantio de cana em áreas da Amazônia, Pantanal e, principalmente, da Bacia do Alto Paraguai.

O coordenador da Frente Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), defendeu ontem, em café da manhã com dirigentes da indústria, a manutenção do projeto do governo e um "pacto" para votar o tema rapidamente. "Sou contra mexer nisso. Qual a garantia que temos de que se mexermos aqui não vamos ter mexer acolá?", questiona o líder do PV. "Ficamos dois anos negociando e só quem não tem visão de futuro vai querer mudar".

Mas a bancada ruralista quer alterar o coração do projeto. "Tem que provar que não pode plantar cana nas regiões proibidas. Qual é o impacto que traz?", pergunta o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da Frente da Agropecuária.

A indústria está preocupada com as restrições relativas à garantia de segurança alimentar, mas também evita desfigurar o projeto que será o principal escudo do etanol nacional contra barreiras tarifárias e não-tarifárias no exterior. O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica, Marcos Jank, em palestra aos parlamentares ambientalistas, defendeu a decisão do governo, mas reiterou a necessidade de "alguns ajustes" no projeto.



"A cana deve ser produzida em áreas já antropizadas", afirmou ao lembrar esforços ambientais de um grupo de 150 usinas paulistas para antecipar em sete anos o prazo final para o fim da queima nos canaviais.

O coordenador de Biocombustível da Frente Ambientalista, deputado Mendes Thame (PSDB-SP), pediu a ampliação do diálogo dos parlamentares com os produtores de cana. "A adoção de políticas para a área não pode ser voluntarista. É preciso ter conhecimento do que está sendo discutido pelo setor produtivo".

A indústria quer mudar ao menos dois pontos do PL. Um é o veto ao plantio da cana em áreas que tiveram autorização de "supressão de vegetação nativa" para o desenvolvimento de "outras atividades ou plantio de outras culturas". Ou seja, se a área for para milho, por exemplo, a cana não poderá ser cultivada. Outro é garantir a regularização do plantio em determinado raio ao redor de cada usina.

O objetivo é evitar o cultivo em "ilhas" muito distantes das unidades processadoras, já que o frete tem alto peso na composição dos custos de produção. As usinas precisam ter áreas contínuas em grandes extensões de terras para garantir a escala industrial ao negócio.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

Energia renovável será Motor da economia global – Cláudia Trevisan - Estado de São Paulo – economia e negócios – 12/09/2009

O poderoso motor do consumo americano entrou em pane e a pergunta que o mundo se faz é quem será responsável por sustentar o crescimento global a partir de agora. Tudo indica que a tarefa será dividida por vários atores, entre os quais estão a China, a classe média dos países emergentes e o aquecimento global.

Mais do que uma limitação, a mudança climática foi apontada ontem na reunião do Fórum Econômico Mundial em Dalian, na China, como um dos fatores que promoverão uma nova revolução tecnológica, de onde a economia global poderá retirar forças para crescer de maneira sustentável.

O desenvolvimento de fontes de energia renováveis está no topo da agenda dos EUA e

da China, os dois países que definirão o futuro próximo do planeta. “

A mudança climática é a oportunidade para uma nova revolução tecnológica que poderá

ser uma nova fonte de crescimento global, com soluções que aumentem a eficiência energética”, declarou o vice-presidente do Deutsche Bank, Caio Koch-Weser, em painel sobre o futuro da economia mundial.

O novo embaixador dos EUA na China, Jon Huntsman, concordou que a “revolução energética” será um dos pilares do relacionamento entre os dois países e uma das fontes de

expansão global.

A possibilidade de a China substituir os EUA no papel de locomotiva do mundo não aparece nos cenários de médio prazo dos economistas.

Com nível de US\$ 3.300, a renda per capita dos chineses equivale a menos de um décimo da dos americanos.

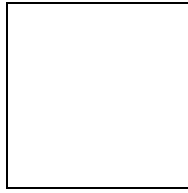
De acordo com Stephen Roach, chairman do Morgan Stanley na Ásia, no ano passado, o consumo nos EUA alcançou a cifra de US\$ 10 trilhões.

Na China, ele ficou em US\$ 1,25 trilhão.

“Talvez demore 100 anos para a China alcançar os EUA”, observou Cho Tak Wong, presidente da Fuyai Glass Industry Group, que produz vidros para a indústria automobilística mundial. Ele lembrou que o percentual da população chinesa que vive na zona rural atualmente – 55% – não é muito distante do índice de 60% que os EUA tinham há um século.

David Li, professor da Universidade Tsinghua, ressaltou que o único caminho para os chineses elevarem o consumo doméstico é o aumento da renda.

“Nos últimos anos, a parcela da renda na composição do PIB diminuiu em vez de subir, porque a produtividade cresceu mais rapidamente que a renda.” A redução do consumo nos EUA trouxe um problema adicional para a China: o excesso de capacidade produtiva decorrente da retração do principal comprador de suas exportações.



Mau ensaio – O Globo – Opinião – 24/09/2009

A menos de dois meses e meio para a conferência de Copenhague, quando o mundo terá a grave responsabilidade de definir metas de redução de emissões que aceleram mudanças climáticas, mais de cem líderes aproveitaram a presença em Nova York, para a assembleia anual da ONU, e, na terça-feira, realizaram amplo encontro com vistas à reunião na capital da Dinamarca.

Não foi um bom ensaio.

Do encontro entre os representantes dos maiores poluidores do planeta, Barack Obama, pelos Estados Unidos, e Hu Jintao, pela China, pouco de concreto foi dito, embora respondam por 40% das emissões mundiais. Entende-se a posição de Obama. Ele depende do Congresso para aprovar um plano de corte de emissões, já avalizado pela Câmara dos Representantes e agora inscrito na agenda do Senado, mas onde todo o esforço de negociações tem sido despendido na tentativa de formulação de uma reforma politicamente palatável do sistema de saúde americano.

Mas a China, uma ditadura socialista de “mercado”, poderia ter sido mais objetiva. O país, reconheça-se, dá demonstrações de ter acordado para o sério problema ambiental criado para os próprios chineses pelo longo período de crescimento econômico acelerado sem qualquer preocupação com a qualidade do ar, da água e do solo.

A China passou a fazer investimentos para limpar a matriz energética — por sinal, das mais sujas, pois se baseia fortemente em termelétricas a carvão. O presidente Jintao, entretanto, apenas prometeu reduzir emissões “por uma margem razoável”.

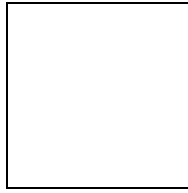
Que seja mesmo, pois o desafio para Copenhague é chegar-se a um acordo pelo qual a temperatura média mundial não ultrapasse o patamar de dois graus centígrados acima dos níveis pré-revolução industrial. E para isso, calculam cientistas, pelo menos as economias industrializadas terão de, até meados do século, diminuir em 80% as emissões.

Quanto aos Estados Unidos, as esperanças estão depositadas nas promessas de Obama de um grande salto tecnológico na busca de fontes energéticas limpas.

Brasil, China e Índia, por sua vez, já perceberam que o discurso de que corta mais quem poluiu mais — para jogar o maior peso das responsabilidades sobre os países industrializados — caiu em desuso.

Afinal, tornaram-se, também, grandes emissores — no caso do Brasil, muito por causa de queimadas e desmatamentos.

A tepidez da reunião de terça-feira não poderá se repetir na estratégica conferência de dezembro na Dinamarca.



G-20 vai debater corte de subsídio a combustíveis – Valor Econômico – Internacional – 24/09/2009

Os países do G-20 vão discutir amanhã um acordo para reduzir gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis.

Segundo o principal negociador do governo dos EUA no G-20, Michael Froman, a diminuição paulatina dos subsídios provocará um corte de até 12% dos gases de efeito estufa em 2050. A estimativa, disse o americano, é da OCDE e da Agência Internacional de Energia. Juntas, as maiores economias em desenvolvimento gastam por ano US\$ 310 bilhões nesse tipo incentivo, segundo a agência de energia.

Irã, Rússia, China, África do Sul e Índia são os campeões em subsídios - mas muitos países desenvolvidos também oferecem estímulos encobertos.

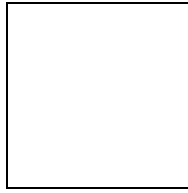
"Estamos trabalhando com o resto do G-20 para ver se conseguimos chegar a um acordo que dê uma contribuição significativa nesse campo", disse Froman, que se recusou a dar detalhes sobre a proposta dos EUA - como o prazo para a redução e quais países seriam alvo das restrições.

Mas no começo do mês, uma fonte que conhece a proposta disse que a ideia americana é que os subsídios sejam eliminados em cinco anos. Segundo a fonte, pela proposta, os países de fora do G-20 teriam de eliminar a ajuda até 2020.

Não é a primeira vez que a ideia de cortar subsídios a combustíveis vem à tona. Mas nas outras ocasiões em que a discussão foi ensaiada, enfrentou resistência de governos que alegaram que a ajuda era necessária para manter os preços baixos para a população mais pobre e também para empresas, disse Fatih Birol, economista-chefe da agência de energia.

Alguns estudos, no entanto, contestam essa avaliação e apontam que é a faixa de população de mais alta renda que mais se beneficia com os subsídios e que o mecanismo tira recursos dos governos para outros serviços.

O presidente dos EUA, Barack Obama, pediu ao presidente da Indonésia Susilo Bambang Yudhoyono, faça a abertura das discussões na reunião do G-20 em Pittsburgh (entre hoje e amanhã). A Indonésia é vista como uma caso de sucesso em matéria de



redução de subsídios aos combustíveis. A China também tem tido sucesso na redução dos subsídios.

Alguns dos reflexos que o fim dos subsídios devem provocar é uma melhor eficiência energética e a redução dos níveis de poluição. Froman, o negociador americano, disse que Washington está estimulando outros países a adotar subsídios e esquemas de estímulo ao uso de energia renovável. **(Com Financial Times)**

